

Letícia Mulinari Gnoatton

**CLÁUSULA DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE:  
INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DO ARTIGO 51, I, DO  
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Florianópolis

2017



Letícia Mulinari Gnoatton

**CLÁUSULA DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: INTERPRETAÇÃO E  
APLICABILIDADE DO ARTIGO 51, I, DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina, como  
requisito parcial para obtenção de grau em bacharel  
no curso de Direito.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Henrique Lima  
Reinig.

Florianópolis

2017

Este trabalho é dedicado a Valdir, Lucimar e Giovani, que sempre apoiaram os meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Diante do encerramento da graduação no curso de direito, período marcado por grande crescimento pessoal e intelectual, faz-se necessário agradecer aqueles que fizeram a diferença durante esta fase.

Pelos ensinamos jurídicos e dedicação acadêmica agradeço ao corpo docente do curso de direito, que compartilhou seu conhecimento nas salas de aulas, grupos de estudos e nos corredores da universidade. Cumprimento a todos, através do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que mesmo não tendo lecionado aulas à minha turma, transmitiu os seus conhecimentos nos corredores de nosso querido CCJ.

Por ter despertado o meu interesse pela matéria de Contratos, pelo auxílio e orientação na elaboração deste trabalho, agradeço ao Prof. Guilherme Reinig.

Pelo companheirismo e amizade agradeço aos meus colegas de curso, especialmente à 13.1 diurno, a minha querida turma de origem e o noturno, por ter me acolhido nos últimos semestres da graduação. Bem como, aqueles que me acompanharam nas atividades extracurriculares, com destaque aos amigos que participaram da gestão do CAXIF da qual fiz partes.

Pela amizade incondicional durante toda a graduação, agradeço a Emanuela Berta, Gabriela Paludo Cantú e Ana Ligia Weiss, que são as melhores companheiras de estudos e festas que poderia ter. A Renata Caroline da Silva que se tornou a minha companheira de todas as horas.

Pelo conhecimento repassado agradeço aos amigos da Menezes, que fomentaram a minha curiosidade pela área jurídica e permitiram que aprofundasse os meus estudos. Com agradecimento especial a Luiza Rodrigues e Marcelo Cella, que me auxiliaram nos meus primeiros passos na carreira jurídica e me mostraram que não basta sermos colegas de trabalho, devemos ter amigos.

Aos amigos do núcleo de empresarial que acreditaram no meu potencial, me acolheram e transmitem diariamente seus conhecimentos, que deram ensejo a escolha do tema do presente trabalho. E principalmente à Toca - Marco Aurélio de Oliveira, João Martim de Azevedo e João Henrique Orssatto - que tornam os meus dias mais alegres, deram o suporte necessário para pudesse concluir este trabalho e passaram a ser pessoas indispensáveis na minha vida.

Por fim, agradeço à minha família, pelo apoio e compressão e sobretudo aos meus pais e meu irmão, que mesmo fisicamente distantes, estiveram presentes no transcurso da graduação, transmitindo seu apoio e suporte incondicional, sem o qual não teria sido possível concluir essa jornada.

Meu muito obrigada a todos!

## RESUMO

A validade da previsão de cláusulas que limitam a indenização devida pelas partes contratantes é amplamente discutida na doutrina e na jurisprudência – cláusula de limitação de responsabilidade. Estas cláusulas visam a alocação dos riscos da negociação entre as partes contratantes, objetivando a limitação dos custos dos bens e serviços adquiridos. O artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor prevê expressamente a possibilidade dos contratos estabelecerem cláusula limitativa do valor da indenização devida pelo fornecedor no caso de vícios do produto/serviço quando o consumidor for pessoa jurídica, desde que fique caracterizada situação que justifique a previsão. Os doutrinadores e a jurisprudência divergem quanto aos critérios de validade da cláusula no direito do consumidor e o conceito de “situações justificáveis”. Verificou-se que se configura justificável a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade em contratos com consumidores pessoas jurídicas, quando se aufere a concessão de benefício econômico proporcional aos riscos assumidos pelo consumidor.

**Palavras-chave:** Cláusula de limitação de responsabilidade. Cláusula de não indenizar. Cláusula de exclusão e limitação de responsabilidade. Direito do consumidor. Artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor.

## **ABSTRACT**

The validity of the prediction of clauses that limit the indemnity owed by the contracting Parties is broadly discussed in both doctrine and jurisprudence - limitation of liability clause. These type of clauses aim at allocating the negotiations risks between contracting Parties, pursuing the goods and services acquired costs limitation. Consumer Defense Code, in its Article 51, item I, expressly provides the possibility of said clause for limiting the value of the indemnity owed by the supplier in case of defects of the product/service when the consumer is a legal entity, provided that the situation justifies the forecast of the clause. Doctrinators and jurisprudence diverge as to the criteria of the clauses validity in consumer law and the concept of "justifiable situations". It was found that it is justifiable to predict limitation of liability clauses in contracts in which the consumers are legal entities, when the concession of economic benefit is proportional to the risks assumed by the consumer.

**Keywords:** Limitation of liability clause. Indemnification clause. Exclusion and limitation of liability clause. Consumer Defense Code, Article 51, item I. Legal entity as consumer.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CLÁUSULAS DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>13</b>
2.1	Condições para a aplicação da cláusula .....	21
2.1.1	Instrumento contratual.....	22
2.1.2	Redação da Cláusula .....	25
2.1.3	Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	27
2.1.4	Obrigações Patrimoniais e Personalíssimas.....	29
2.1.5	Restrições legais.....	30
2.1.6	Dolo e Culpa Grave .....	32
2.1.7	Ordem Pública e Bons Costumes .....	33
2.2	Contratos de adesão.....	35
2.3	Considerações Finais .....	37
<b>3</b>	<b>CLÁUSULA DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE À LUZ DO ART 51, I DO CDC.....</b>	<b>39</b>
3.1	Aplicação aos consumidores pessoas jurídicas .....	46
3.1.1	Situações justificáveis – Análise doutrinária .....	49
3.1.2	Situações justificáveis – Análise Jurisprudencial .....	54
3.1.2.1	O consumidor de serviços bancários .....	55
3.1.2.2	O consumidor do sistema de rastreamento de veículos.....	57
3.1.2.3	O Caso do Roubo aos Banco .....	59
3.2	Requisitos de validade no âmbito consumerista.....	60
3.3	Consequências da valoração judicial – “Situação Justificável” .....	62
3.4	Considerações finais.....	63
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mulinari Gnoatton, Letícia

CLÁUSULA DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: :  
INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DO ARTIGO 51, I, DO CÓDIGO  
DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Letícia Mulinari Gnoatton ;  
orientador, Guilherme Henrique Lima Reinig, 2017.  
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
Jurídicas, Graduação em Direito, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Direito. 2. Cláusula de Limitação de  
Responsabilidade. 3. Contratos . 4. Direito do Consumidor  
. 5. Artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor  
. I. Henrique Lima Reinig, Guilherme. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Direito. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

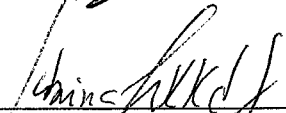
O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Cláusula de Limitação de Responsabilidade: Interpretação e Aplicabilidade do Artigo 51, I, do Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela acadêmica Letícia Mulinari Gnoatton, defendido em **07/12/2017** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (NOVE E MAIS), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 07 de Dezembro de 2017



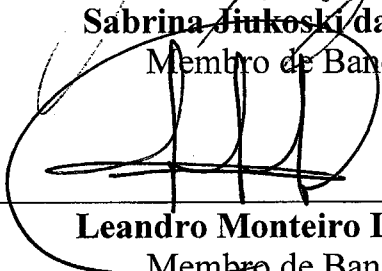
---

**Guilherme Henrique Lima Reinig**  
Professor Orientador



---

**Sabrina Jukoski da Silva**  
Membro de Banca



---

**Leandro Monteiro Liberal**  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluna: Letícia Mulinari Gnoatton

RG: 5.138.517

CPF: 089.395.269-96

Matrícula: 13103641

Título do TCC: Cláusula de Limitação de Responsabilidade: Interpretação e Aplicabilidade do Artigo 51, I, do Código de Defesa do Consumidor

Orientador: Guilherme Henrique Lima Reinig

Eu, Letícia Mulinari Gnoatton, acima qualificada; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 07 de Dezembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
LETÍCIA MULINARI GNOATTON

## 1 INTRODUÇÃO

No âmbito do direito contratual, através do exercício da autonomia da vontade e da liberdade de contratar, as partes podem convencionar cláusulas exoneratórias ou limitativas do dever de indenizar, denominadas neste trabalho como cláusulas de limitação de responsabilidade.

Estas estabelecem a limitação ou exoneração da obrigação de indenizar uma das partes contratantes por eventuais danos futuros, alocando os riscos da negociação, e consequentemente, minorando o valor cobrado da parte que aceitou a limitação da indenização que lhe era devida por direito.

A previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade é amplamente difundida no mercado brasileiro, porém, inexistente disposição legal estabelecendo a validade da convenção desta modalidade de cláusula, bem como, os seus limites. Apenas há uma referência à mesma na legislação consumerista, o artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor estabelece que é possível a previsão de cláusulas que limitem o valor da indenização devida pelo fornecedor, desde que o consumidor seja uma pessoa jurídica e a situação justifique a previsão.

Frente a esta lacuna legislativa, a doutrina e a jurisprudência debatem acerca dos critérios de validade para a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, e mais especificamente no direito consumerista, analisa-se a conceituação adequada ao termo que define a viabilidade da previsão em relações de consumo - “situações justificáveis”.

O ponto central que se discute no presente trabalho é o conceito que se deve atribuir ao termo “situações justificáveis”, verificando em que situação é válida a estipulação de cláusulas de limitação de responsabilidade no âmbito do direito do consumidor.

Apresentado o contexto atual em que a cláusula de limitação de responsabilidade se insere no direito brasileiro, destaca-se que o objetivo geral do presente trabalho é analisar a interpretação e a aplicabilidade concedida ao artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, que permite a disposição de cláusulas de limitação de responsabilidade no direito do consumidor.

Como objetivos específicos, pretende-se, em primeiro lugar, analisar o propósito da previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, assim como, os limites à sua estipulação e aplicação. E em segundo lugar verificar a definição concedida pela doutrina e jurisprudência à expressão “situações justificáveis” prevista no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor.

Para atingir os objetivos deste trabalho, adotou-se no seu desenvolvimento o método de abordagem dedutivo, partindo-se de argumentos gerais fornecidos pela teoria de base para chegar às conclusões no campo do direito do consumidor. Empregou-se o método de procedimento monográfico e adotou-se técnica de pesquisa bibliográfica, reunindo dados secundários provenientes de processos legislativos, legislações, doutrinas e jurisprudências, hábeis para compor as discussões e críticas apresentadas ao longo do trabalho.

A análise jurisprudencial da qual o trabalho refere-se foi realizada através de busca realizada nos sites do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, estado em que o trabalho é realizado, Tribunal de Justiça de São Paulo, em razão do estado de São Paulo ser o centro econômico do país e maior tribunal estadual, bem como no Superior Tribunal de Justiça.

Utilizou-se como parâmetro para a pesquisa os termos “cláusula de limitação de responsabilidade”, “cláusula de não-indenizar” e “cláusula de exclusão e limitação de responsabilidade”, “artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor” e “situações justificáveis”.

Em seu aspecto formal, o trabalho se encontra dividido em dois capítulos, que correspondem respectivamente aos seus objetivos específicos. Sendo que, o primeiro apresenta a cláusula de limitação de responsabilidade sob o viés do Código Civil, enquanto que o segundo discute a aplicabilidade da cláusula no âmbito do direito do consumidor.

No primeiro capítulo, apresenta-se o conceito da cláusula de limitação de responsabilidade, os fundamentos que embasam a recepção da cláusula pelo direito brasileiro, bem como, o objeto. Após a apresentação destes conceitos gerais, o capítulo analisa os requisitos para que a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade seja válida. E por fim, diferencia a modalidade de contrato de adesão e esclarece os critérios específicos para que a previsão da cláusula seja válida nestes instrumentos.

O segundo capítulo analisa as restrições à aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade em relações consumeristas. Para tanto, esclarece o conceito de consumidor e a diferenciação entre consumidor pessoa física e pessoa jurídica estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor. Posteriormente, analisa especificamente o artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, com foco no conceito indefinido de “situações justificáveis” disposto neste inciso. Por fim, o capítulo expõe os requisitos formais para a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade no âmbito consumerista e as consequências da declaração de nulidade pelo judiciário.

## 2 CLÁUSULAS DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A legislação, os contratos e as cláusulas são provenientes da realidade jurídica e social em que se inserem. Desempenham o papel de moderar, visando a obtenção de soluções para os anseios práticos da sociedade e do mercado.<sup>1</sup>

Nesta toada, o direito privado criou uma modalidade de cláusula contratual cujo objeto é a limitação da indenização no caso de responsabilização de uma das partes contratantes, ora denominada cláusula de limitação de responsabilidade. A aplicação desta cláusula nas diversas formas de contratação é discutida pela doutrina, pela jurisprudência e pelo mercado.

Primeiramente, esclarece-se que a cláusula de limitação de responsabilidade não limita a responsabilização em si, mas um de seus efeitos, a indenização. Conforme define Sergio Cavalieri Filho em seu livro *Programa de Responsabilidade Civil*:

Pois bem, a cláusula em exame não suprime o dever primário (obrigação), nem o dever secundário (responsabilidade) consequente à violação do primeiro. Se assim não fosse, nem seria possível falar em responsabilidade. Ela apenas afasta a indenização, a reparação, o ressarcimento do dano, ou, em outras palavras, as normas consequências da inexecução de uma obrigação.<sup>2</sup>

Em decorrência da cláusula objeto deste estudo limitar a indenização, não a responsabilização, a doutrina brasileira discute acerca da correta denominação do instituto. Indicamos as duas correntes que possuem mais força, sendo estas “cláusulas limitativas e de exclusão da responsabilidade civil” e “cláusula de não-indenizar”.

A primeira é defendida por António Pinto Monteiro, professor português escritor do livro *cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade*<sup>3</sup>, pela também portuguesa Ana Prata<sup>4</sup> e pelo brasileiro Wanderley Fernandes<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> “Mas a transformação jurídica não opera mecanicamente, numa atitude indiferente, axiologicamente neutra, antes, a harmonizar com a realidade jurídica ao <dado> social se realiza através de mediação jurídico-nominativa, desempenhando o direito um papel <moderador> e de conformação social, na busca de soluções que se ajustem às necessidades práticas, sem descuidar, todavia, a implementação dos valores comunitários, ético-juridicamente assumidos”. MONTEIRO, António Pinto. *Cláusulas Limitativas e de Exclusão de Responsabilidade*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2011. p. 17.

<sup>2</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 11ª ed., revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2014, p. 591

<sup>3</sup> MONTEIRO, António Pinto. *Cláusulas Limitativas*, cit.

<sup>4</sup> PRATA, Ana. *Cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade contratual*. Coimbra: Almedina, 2005.

<sup>5</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*. São Paulo: SARAIVA, 2013.

A segunda corrente acredita que o termo correto seria “cláusula de não indenizar”, tendo em vista que a cláusula não se confunde com a limitação ou exclusão da responsabilidade, mas sim de suas consequências. Visando impedir impropriedades, entende não ser correto utilizar o termo “responsabilidade”. Nesse sentido, manifesta-se Caio Mario da Silva Pereira “para abolir os efeitos desta, vem a cláusula exoneradora de suas consequências, apelidada por metonímia, e com impropriedade, cláusula de não responsabilidade”.<sup>6</sup>

Além de Caio Mario da Silva Pereira, filiam-se a esta corrente Sergio Cavalieri Filho, Fernando Noronha<sup>7</sup> e Silvio Rodrigues<sup>8</sup>. Apesar de grande parte da doutrina se filiar a esta corrente, no presente trabalho optou-se por utilizar o termo “cláusula de limitação de responsabilidade” por três motivos: (i) por uma questão didática, visto que a cláusula não exonera totalmente o dever de indenização, (ii) em razão da tradução literal da denominação da cláusula em ordenamentos estrangeiros ser limitação de “responsabilidade”<sup>9</sup>, e (iii) em decorrência do mercado<sup>10</sup> utilizar esta denominação.

Ainda que, discuta-se acerca de sua nomenclatura, a origem da cláusula de limitação de responsabilidade remonta ao direito romano, onde era aplicada a responsabilizações contratuais e extracontratuais, restringida apenas nos casos de dano ou infração à ordem pública.<sup>11</sup>

As possibilidades de aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade se modificaram nos diferentes momentos históricos, tendo seu expoente durante a Revolução Industrial<sup>12</sup> que se seguiu de restrições estatais que limitam à sua aplicação, com destaque às legislações consumeristas, conforme veremos no próximo capítulo.

Embora a doutrina e a jurisprudência discutam a cláusula de limitação de responsabilidade, verificou-se através de busca jurisprudencial que a grande maioria das

---

<sup>6</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil: Vol. II Teoria Geral de Obrigações*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 249.

<sup>7</sup> NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações: Vol. 1 - Fundamentos do Direito das Obrigações Introdução à Responsabilidade Civil*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 527.

<sup>8</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Vol. 4, cit.*, p. 180.

<sup>9</sup> No direito italiano denominada como “*Clausula limitativas della responsabilidad contractual*”; no direito Português “Cláusula de limitação e exclusão de responsabilidade”; na França “*clauses limitatives ou exonératoires de responsabilité*” Informações extraídas do livro AVELAR, Letícia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. São Paulo: Juruá, 2012.

<sup>10</sup> Conforme previsto no artigo 219 da constituição, mercado define-se como “mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.”

<sup>11</sup> DIAS, José de Aguiar. *Cláusula de não-indenizar: chamada cláusula de irresponsabilidade*. 3ª ed., rev. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 15

<sup>12</sup> MONTEIRO, Antônio Pinto. *Cláusulas Limitativas*, cit, p. 46.

discussões referentes à cláusula de limitação de responsabilidade que chegam ao judiciário referem-se a contratos entre pessoas físicas, com a administração pública e decorrentes de relações consumeristas.

Apesar da cláusula de limitação de responsabilidade ser amplamente utilizada no meio empresarial<sup>13</sup>, as lides referentes a estes instrumentos não são amplamente discutidas no judiciário, pois a praxe nestes contratos é a previsão de cláusulas arbitrais, visto que a ausência de consenso na jurisprudência brasileiro acarreta insegurança às partes, e as câmaras arbitrais garantem maior segurança jurídica, conhecimento técnico dos julgadores e celeridade na resolução da lide.<sup>14</sup>

A realidade do mercado atual retomou os debates acerca da previsão e aplicação de cláusulas de limitação de responsabilidade. A era digital trouxe consigo novos riscos às negociações<sup>15</sup>, que não podem ser integralmente controlados pelos fornecedores de produtos e serviços digitais, em razão da rápida evolução do mercado, da impossibilidade de impedir a atuação de hackers e garantir total funcionalidade do produto/serviço.

A previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade com segurança jurídica pode trazer grandes benefícios ao mercado digital, permitindo seu desenvolvimento e a diminuição dos custos dos produtos/serviços aos usuários, em decorrência da alocação dos riscos das relações comerciais.

A insegurança na aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade no Brasil decorre, em parte, da inexistência de previsão legal sobre o assunto. Diferentemente da legislação estrangeira (a exemplo a legislação portuguesa<sup>16</sup>, italiana<sup>17</sup> e alemã<sup>18</sup>), o ordenamento jurídico brasileiro não prevê expressamente a possibilidade de limitação de responsabilidade, há apenas uma referência no Código de Defesa do Consumidor que será tratada adiante.

---

<sup>13</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 336.

<sup>14</sup> RIBEIRO, Carla Pereira. ALMEIDA, Caroline Sampaio de, A Importância da Cláusula Compromissória nos Contratos Empresariais como Fortalecimento das Relações Negociais, *Doutrinas Essenciais Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 2, p. 319-340, set. 2014.

<sup>15</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 42.

<sup>16</sup> MONTEIRO, Antônio Pinto. *Cláusulas Limitativas*, cit.

<sup>17</sup> “Diversamente do que se verifica no Brasil, outros países, como Itália e Portugal, contêm em seus respectivos Códigos Civis regras que disciplinam, de forma geral, a exoneração e a limitação convencionais do dever de indenizar”. AVELAR, Leticia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*, cit., p.118

<sup>18</sup> Ibidem, p.123



Na história legislativa brasileira, houve a tentativa de positivar a possibilidade de limitar contratualmente o valor da indenização. A cláusula de limitação de responsabilidade era prevista no Anteprojeto do Código de Obrigações, elaborado por Caio Mario. Porém, a revisão do Anteprojeto, que resultou no Projeto do Código de Obrigações de 1965, suprimiu a disposição<sup>19</sup>. Em seu livro, Caio Mario da Silva Pereira se manifesta acerca da inclusão desta cláusula em seu projeto:

Não podíamos omitir, no Anteprojeto do Código de Obrigações, o tratamento desta escusativa de ressarcimento, já que ocorre com frequência no trato de negócios. Dela cogitamos, estabelecendo (art. 924)<sup>20</sup> que prevalecerá se for bilateral ajustada e não contrariar lei expressa, a ordem pública e os bons costumes. Descabe, igualmente, de dolo *non praestando*.<sup>21</sup>

Parte da doutrina<sup>22</sup> vê com pesar o fato da positivação da possibilidade de limitação da indenização não ter sido realizada, tanto no Projeto do Código de Obrigações, quanto na elaboração do atual Código Civil.

Se considerarmos que as normas aplicáveis ao âmbito do direto contratual têm como objetivo minimizar os desajustes e as falhas de cooperação, trazendo mais segurança jurídica às previsões pactuadas<sup>23</sup>, diminuindo a margem para interpretações doutrinárias e jurisprudenciais, e conseqüentemente, difundindo os acordos privados, incentivariam a barganha e o desenvolvimento do mercado.

A positivação da possibilidade de previsão da cláusula de limitação de responsabilidade cumpriria esse objetivo, visto que, a jurisprudência e os doutrinadores não terem um entendimento consolidado sobre a sua aplicabilidade traz insegurança jurídica às partes e ao mercado, ocasionando na utilização forma temerária da cláusula.

Em decorrência da inexistência de previsão legal específica, o fundamento para a previsão cláusula de limitação de responsabilidade reside no princípio da autonomia da vontade das partes contratantes.

O princípio da autonomia da vontade teve o seu advento com o pensamento filosófico e econômico liberal, que propunha que a concessão de liberdade e a igualdade às partes é a

---

<sup>19</sup> AVELAR, Leticia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. cit., p. 134.

<sup>20</sup> “Art. 924. A cláusula de não indenizar somente prevalecerá se for bilateralmente ajustada, e não contrariar a lei expressa, a ordem pública e os bons costumes, e nem tiver por objeto eximir o agente dos efeitos do seu dolo.” Trecho extraído do RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*: Vol. 4, cit., p. 182.

<sup>21</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva, *Instituições de Direito Civil*, cit., p. 251 e 252.

<sup>22</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*: Vol. 4, cit., p. 182.

<sup>23</sup> TIMM, Luciano Benetti et al (Org.). *Direito e Economia no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 176.

melhor forma de se alcançar a justiça. Através deste conceito, via-se o contrato como “produto de um acordo de vontades, repete-se livres e iguais, assumia-se como modelo ideal de justiça e como um importante instrumento de *liberdade*, permitindo que cada indivíduo de tornasse legislador de si próprio.”<sup>24</sup>

A autonomia da vontade, expressada contratualmente, interessava à coletividade, pois gerava o aumento de contratos e consequentemente o aumento do comércio e desenvolvimento da economia<sup>25</sup>, favorecendo, teoricamente, a todos.

No entanto, a revolução industrial demonstrou como a autonomia privada irrestrita gera grandes desigualdades contratuais e sociais, tornando-se um instrumento de abuso da parte economicamente superior. Assim, o conceito de autonomia da vontade é relativizado, visando a concessão de liberdade e meios para que as partes negociem em posição de igualdade, para que ambos os contratantes desempenhem uma autonomia efetiva.

Esta modificação conceitual é acompanhada pelos textos legais brasileiros, que positivaram a função social do contrato<sup>26</sup>, a boa-fé contratual<sup>27</sup> e estabeleceram condições especiais aos hipossuficientes, com destaque à promulgação do Código de Defesa do Consumidor, que será abordado no próximo capítulo do presente trabalho monográfico.

A relativização à autonomia da vontade restringiu os âmbitos em que a cláusula de limitação de responsabilidade pode ser utilizada, o que não se deve confundir com a proibição à sua pactuação. Neste sentido dispõe Caio Mario:

Em qualquer caso, a declaração volitiva da não-indenização encontra fundamento na mesma razão determinante da força cogente das obrigações convencionais. E, enquanto permanecer neste estado, e dentro destes limites, é lícita, pois legítimo será que um contrato, regulador de interesses pecuniários entre particulares, desobrigue o devedor das consequências de sua responsabilidade, sem lesão à ordem pública.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup>MONTEIRO, António Pinto. *Cláusulas Limitativas*, cit., p. 45.

<sup>25</sup>“A liberdade contratual (expressão mais relevante do princípio da autonomia privada) servia o interesse geral, porque, ao permitir a multiplicação dos contratos, favorecia o desenvolvimento do comércio, contribuindo, desse modo, para prosperidade de todos.” Ibidem, p. 46.

<sup>26</sup>Artigo 5º da Constituição Federal “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;” e artigo 421 do Código Civil “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.”

<sup>27</sup>Artigo 422 do Código Civil “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.”

<sup>28</sup>PEREIRA, Caio Mario da Silva, *Instituições de Direito Civil*, cit., p. 249.

Por outro lado, parte da doutrina entende não ser necessária a análise da autonomia da vontade quando da verificação da validade da cláusula de limitação de responsabilidade. Veem a autonomia da vontade como um dogma em superação, não devendo ser considerado como necessário para definição dos negócios jurídicos.<sup>29</sup>

Tendo em vista a relativização da autonomia da vontade e sua desconsideração por parte da doutrina, faz-se necessário analisar o fundamento prático da aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade. Isto é, por que uma das partes concorda em limitar o seu direito de receber uma indenização?

Quando da mensuração dos custos de um negócio jurídico são considerados: (i) os custos para o desenvolvimento e fornecimento do produto/serviço; (ii) os custos da transação; e (iii) os riscos inerentes à operação, considerando as responsabilizações que podem decorrer do negócio jurídico.<sup>30</sup>

Estão inseridos no valor pago no negócio jurídico os custos necessários para garantir a segurança financeira da operação, visando que o fornecedor do produto/serviço negociado não seja economicamente prejudicado pela operação. Diante deste cenário, o objetivo da cláusula de limitação de responsabilidade é alocar os riscos inerentes ao negócio jurídico, buscando a minoração dos custos do mesmo, conforme discorre Paula Greco Bandeira:

A partir da alocação de riscos estabelecida pelas partes, define-se o sinalagma contratual, isto é, a comutatividade ou correspectividade entre as prestações, a qual revela a equação econômica desejada pelos contratantes. Tal equação econômica traduz o equilíbrio intrínseco do concreto negócio e, por isso mesmo, há de ser perseguida pelas partes.<sup>31</sup>

Assim, em teoria, com a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, uma das partes será beneficiada pela diminuição do valor a ser pago na negociação, e em contrapartida assumirá o risco de ter a sua indenização limitada, caso venha a ocorrer um dano de responsabilidade da outra parte.<sup>32</sup> Deste modo, a previsão da cláusula pode favorecer ambas

---

<sup>29</sup>“A autonomia da vontade tem sido dogma em franca superação e não deve ser elemento necessário à definição dos negócios jurídicos. Antônio Junqueira de Azevedo, em sua obra sobre essa categoria jurídica, já deixou bem claro que a vontade nem ao menos integra a sua estrutura.” FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 107.

<sup>30</sup> TIMM, Luciano Benetti et al (Org.). *Direito e Economia no Brasil*. cit., p. 165-167.

<sup>31</sup> BANDEIRA, Paula Greco. O Contrato como Instrumento de Gestão de Riscos e o Princípio do Equilíbrio Contratual. *Revista de Direito Privado*, Belo Horizonte, v. 65/2016, p.195-208, jan-mar. 2016.

<sup>32</sup> A negociação de um nível adequado do ressarcimento possível dos danos pode significar, assim, benefícios mútuos às partes. De um lado, dando previsibilidade ao possível causador do dano, o que lhe permite, igualmente, a contratação de seguros em condições mais favoráveis, e, de outro, propiciando

as partes da negociação, bem como o mercado, permitindo que mais pessoas tenham acesso a bens e serviços por valores mais baixos.

Apresentado o objeto da cláusula de limitação de responsabilidade, deve-se considerar quando da análise de sua aplicação os benefícios auferidos pelas partes em decorrência de sua previsão. A partir desta aferição, será possível verificar se no caso concreto a cláusula encontra-se no limiar entre a liberdade de contratar das partes e a ordem pública, pois como esclarece Antônio Pinto Monteiro:

As cláusulas limitativas e de exclusão exigem, numa palavra, que se encontre um ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e as necessidades sociais de proteção do lesado, entre a autonomia privada e a ordem pública, pendendo o prato da balança (isto é, um regime de favor ou, ao invés, de desconfiança) para um ou outro lado, consoante o momento histórico que se considere<sup>33</sup>

Dito isso, faz-se necessário diferenciar cláusula de limitação de responsabilidade da cláusula limitativa de direito. A primeira limita o dever de indenizar por danos decorrentes de obrigações assumidas pela parte contratante, enquanto que a segunda limita as obrigações assumidas pela parte.<sup>34</sup>

Na segunda categoria, enquadram-se as cláusulas dispostas em contratos de planos de saúde e de seguradoras, que limitam as obrigações assumidas perante os clientes, e, conseqüentemente, as indenizações ou serviços devidos no caso de danos. O objeto do presente estudo será apenas a análise cláusula de limitação de responsabilidade.

No presente trabalho realizou-se uma análise jurisprudencial do entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Superior Tribunal de Justiça, quanto à cláusula de limitação de responsabilidade. Verificou-se que parte dos julgadores não conceituam a cláusula em consonância com a doutrina, por vezes afastando-se do seu fundamento, qual seja, a alocação de riscos entre as partes contratantes.

Destaca-se a existência de diversas decisões da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo<sup>35</sup> que se utiliza do exemplo da cláusula de limitação de

---

também à outra parte uma eficiente equação dos riscos, pois não terá incorporado ao preço o custo da contingência conectada a um evento que ao preço o custo da contingência conectada a um evento que poderá não ocorrer, ao mesmo tempo que poderá ter ressarcidos os danos em níveis julgados adequados no momento da formação do contrato. FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 96.

<sup>33</sup> MONTEIRO, Antônio Pinto. *Cláusulas Limitativas*, cit., p. 69.

<sup>34</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. cit, p. 166.

<sup>35</sup> Cita-se TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC 1088397-24.2014.8.26.0100, Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 9/05/2017. TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC 0059837-18.2012.8.26.0114, Rel.

responsabilidade, denominada nos acórdãos de “cláusula não indenizar”, como instrumento argumentativo na mensuração do quantum indenizatório.

A enunciação da cláusula como instrumento argumentativo nestas decisões ignora o seu fundamento - que pressupõe a alocação dos riscos e o beneficiamento de ambas as partes – conceituando-a como uma cláusula de irresponsabilidade<sup>36</sup>, que apenas tem como objetivo a exoneração da indenização por uma das partes.

As situações fáticas apresentadas nos autos em que estas decisões foram proferidas não guardam nenhuma relação com o instituto da cláusula de limitação de responsabilidade, porém, no corpo do acórdão identificam-se as seguintes frases “Por outro lado, não pode equivaler a uma cláusula de não indenizar, sob pena de estimular a manutenção do comportamento do réu”<sup>37</sup> e “A redução de tal quantia equivaleria a uma cláusula de não indenizar, o que não pode ser admitido”<sup>38</sup>.

Estas referências à cláusula, que não influenciam as decisões dispostas nos acórdãos, acabam por prejudicar a conceituação e aplicação da cláusula no Brasil. Isto é, existem dezenas de decisões, em um dos principais tribunais pátrios, vinculando a cláusula de limitação de responsabilidade ao conceito de irresponsabilidade.

Por outro lado, existem decisões que apresentam o conceito doutrinário da cláusula de limitação de responsabilidade e analisam a possibilidade de sua aplicação através de um viés econômico<sup>39-40</sup>, verificando se a sua previsão beneficiou a ambas as partes, bem como se foram cumpridos os requisitos de validade que serão apresentados no próximo item.

---

Des. Alexandre Lazzarini, j. em 25/04/2017. TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC 1013318-42.2014.8.26.0002, Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 28/03/2017. TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC 1003383-84.2015.8.26.0408, Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 18/04/2017. TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC 0194381-82.2012.8.26.0100, Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 14/03/2017. TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC 1105303-26.2013.8.26.0100, Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 09/05/2017.

<sup>36</sup> DIAS, José de Aguiar. *Cláusula de não-indenizar*, cit.

<sup>37</sup> TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC nº 0002483-08.2011.8.26.0102. Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 23/05/2017, DJe 31/05/2017.

<sup>38</sup> TJSP. 9ª Câmara de Direito Privado, AC nº 0013593-78.2008.8.26.0564. Rel. Des. Alexandre Lazzarini, j. em 30/03/2017.

<sup>39</sup> TJSC. Grupo de Câmaras de Direito Civil, EI nº 0166663-42.2013.8.24.0000, Rel.: Des. Luiz César Medeiros, j. em 20/06/2017, DJe 24/03/2017.

<sup>40</sup> TJSP. 33ª Câmara de Direito Privado, AC nº 1098710-44.2014.8.26.0100, Rel. Des. Edgar Jorge Lauand, j. em 04/07/2016. DJe 14/07/2016.

## 2.1 Condições para a aplicação da cláusula

A cláusula de limitação de responsabilidade gera intenso debate pela doutrina, passando da negação absoluta à aplicação irrestrita<sup>41</sup>. A corrente que repudia a sua aplicação fundamenta que exonerar antecipadamente alguém dos danos que vier a causar é imoral, indo contra a ordem pública, pois fomentaria a negligência do devedor e favoreceria aos economicamente mais fortes.<sup>42</sup>

A corrente que defende a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade - ainda que os integrantes discordem quanto aos critérios de aplicação - argumenta que a vedação à cláusula violaria a liberdade de contratar, inexistindo reprovação moral à cláusula de limitação pactuada bilateralmente. Bem como, que a cláusula de limitação de responsabilidade seria condizente com o interesse social, visto que, sua previsão minimizaria os riscos decorrentes da operação, com reflexos diretos nos custos repassados à parte contratante.

A maior parte dos doutrinadores filia-se à segunda corrente, dentre eles, citamos Antônio Junqueira de Azevedo<sup>43</sup>, José de Aguiar Dias<sup>44</sup>, Antônio Pinto Monteiro<sup>45</sup>, Sergio Cavalieri Filho<sup>46</sup> e Caio Mario da Silva Pereira<sup>47</sup>.

O presente trabalho se filia à segunda corrente, em prol da liberdade contratual e dos benefícios econômicos e sociais decorrentes da aplicação da cláusula, afastando a alegação de imoralidade da previsão de limitação de responsabilidade.

A partir da análise da jurisprudência brasileira, verifica-se que está aceita a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade nos casos em que reste demonstrado que não foi imposta por uma das partes; portanto, protege-se as relações de consumo, o aderente em contratos de adesão e os contratantes com a administração pública<sup>48</sup>.

---

<sup>41</sup> AVELAR, Letícia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. cit., p. 125.

<sup>42</sup> Nesta corrente, insere-se Ana Prata (PRATA, Ana. *Cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade contratual*. Coimbra: Almedina, 2005) e segundo José de Aguiar Dias, defendem esse ponto de vista Aubry et Rau, Laurent, Pardessus, Ruben de Couder e outros (DIAS, José de Aguiar. *Cláusula de não-indenizar*, cit., p. 135).

<sup>43</sup> AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Cláusula Cruzada de Não Indenizar (Cross-Waiver Of Liability)*, ou *Cláusula de não Indenizar com Eficácia para Ambos os Contratantes - Renúncia ao Direito de Indenização – Promessa de Fato de Terceiro - Estipulação Em Favor de Terceiro*. *Doutrina Essenciais Obrigações e Contatos*, São Paulo, v. 4, p. 25-34.

<sup>44</sup> DIAS, José de Aguiar. *Cláusula de não-indenizar*, cit.

<sup>45</sup> MONTEIRO, Antônio Pinto. *Cláusulas Limitativas*, cit.

<sup>46</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. cit.

<sup>47</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva, *Instituições de Direito Civil*, cit.

<sup>48</sup> STJ. Segunda Turma, REsp nº 737.741/RJ, Rel. Min. Castro Meira. j em 03/08/2006. DJe 01/12/2006.

Prova da aceitação da cláusula de limitação de responsabilidade pela jurisprudência, são as decisões do Superior Tribunal de Justiça que reconhecem expressamente a validade de cláusulas previstas em convenções de condomínio e em contratos empresariais de transporte marítimos, em que o transportador não foi informado do valor do bem transportado<sup>49</sup>.

A Corte Superior também possui decisões que analisaram os requisitos de aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade<sup>50</sup>. Como nos autos do REsp nº 23.815/RJ<sup>51</sup>, que declara a aplicabilidade da cláusula após verificar a inexistência de prova nos autos de conduta dolosa do funcionário da Ré<sup>52</sup>.

Assim, nos próximos itens, serão verificados os critérios para a validade da previsão contratual de cláusulas de limitação de responsabilidade. Enuncia-se que serão expostos abaixo os requisitos formais para a previsão da cláusula e as limitações legais à aplicação.

### 2.1.1 Instrumento contratual

A cláusula de limitação de responsabilidade pressupõe a anuência de um gravame, levando uma das partes contratantes a assumir lesões que a priori seriam indenizadas pela outra parte. Diante disso, faz-se necessária a manifestação de concordância formal das partes<sup>53</sup>, não bastando o mero comportamento afirmativo. Nesse sentido manifesta-se Antônio Pinho Monteiro:

Parece, em suma, que as declarações unilaterais desse tipo não podem valer como convenção de irresponsabilidade, faltando, para tal, o indispensável acordo dos destinatários, o qual não pode deduzir-se de comportamentos destituídos, em regra, desse significado de alcance.<sup>54</sup>

<sup>49</sup> STJ. Segunda Seção, REsp nº 39.082-6/SP. Rel. Min. Fontes de Alencar. j. em 13/12/1995. DJe 02/09/1996.

<sup>50</sup> “Destaca-se, no entanto, para a validade da cláusula, a comutatividade, de modo a que a renúncia prévia à indenização tenha um correspectivo de vantagem prévia à indenização tenha um correspectivo de vantagem, dado que fundada a sua admissão em conteúdo transacional, que o nosso Código Civil, em seu art. 1025 define como capaz de prevenir litígio, ‘mediante concessões mútuas’”. STJ. Terceira Turma. REsp nº 13.027/RJ. Rel. Min. Dias Trindade. j. em 22/10/1991. DJe 16/12/1991.

<sup>51</sup> STJ. Terceira Turma. REsp nº 28.815/RJ. Rel. Min. Eduardo Ribeiro. j. em 04/03/1997. DJe 14/04/1997.

<sup>52</sup> A decisão declarou a aplicabilidade da cláusula a todas as modalidades de indenização decorrentes de um acidente aéreo, conforme será apresentado adiante, entende-se que a cláusula de limitação de responsabilidade não deve ser aplicada a indenizações decorrentes de violações ao direito de personalidade, distinção que não foi realizada na decisão.

<sup>53</sup> “O primeiro requisito de validade é a bilateralidade do consentimento. Isso significa que não pode uma das partes fugir à responsabilidade pela mera declaração unilateral de sua vontade, sem a concordância da outra.” RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*: Vol. 4, cit., p. 181.

<sup>54</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 401.

Comumente nos confrontamos com previsões de limitação de responsabilidade dispostas em placas de estacionamento e hotéis, prevendo não se responsabilizam por objetos pessoais deixados nos carros ou nos quartos do hotel. Este tipo de previsão não cumpre o requisito do acordo formal entre as partes.

Quando confrontada com estes casos, a jurisprudência tende a julgar as cláusulas de limitação de responsabilidade nula com base no Código de Defesa do Consumidor, conforme se verifica nas decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (nº 4002505-74.2013.8.26.0248<sup>55</sup>), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (nº 2005.016173-6<sup>56</sup>) e no RE 285843<sup>57</sup>. Porém, reitera-se que é inválida em decorrência do descumprimento das formalidades necessária para a sua previsão.

Ainda que seja vedada a estipulação de cláusula de limitação de responsabilidade em instrumentos unilaterais, cuja concordância decorra de um comportamento da parte contratante, é possível a previsão desta modalidade de cláusula em instrumentos extracontratuais.<sup>58</sup> Exemplifica-se: pré-contratos, memorandos de entendimento, estatutos de associações, convenções de condomínios e outros documentos vinculados ao direito de vizinhança<sup>59</sup>. Destaca-se que, nestes casos, as partes devem acordar formalmente que se vinculam aos termos destes instrumentos.

Verificou-se nas decisões analisadas, que os tribunais pátrios possuem entendimento pacífico quanto à validade da previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade em convenções de condomínio.

Ainda que o documento seja obrigatório para aqueles que se encontram na posse do imóvel vinculado à convenção de condomínio, este entendimento decorre da natureza do

---

<sup>55</sup> TJSP. 34ª Câmara de Direito Privado, AC nº 4002505-74.2013.8.26.0248. Rel. Des. Soares Levada, j. 09/06/2017, DJe 09/10/2017.

<sup>56</sup> TJSC. Quinta Câmara de Direito Civil, AC nº 2005.016173-6, Rel.: Des. Monteiro Rocha. j. em 21/02/2008, DJe 10/03/2008.

<sup>57</sup> STF. RE nº 285843/MG. Rel. Min. Cezar Peluzo. j. em 15/12/2004, DJe 16/02/2005.

<sup>58</sup> “A doutrina tem considerado a pré-existência de uma relação jurídica entre as partes como critério razoável para a caracterização da responsabilidade contratual. [...] Em outras palavras, entendemos que as cláusulas de exoneração, ou de limitação de responsabilidade, dizem sempre respeito a relação preexistente, seja de natureza contratual ou não (como a responsabilidade pré-contratual, relações de vizinhança e outras hipóteses que serão analisadas mais adiante quando cuidarmos, especificamente, da aplicabilidade das cláusulas à responsabilidade extracontratual).” FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 77-78.

<sup>59</sup> “As convenções de exclusão de responsabilidade extracontratual poderão constituir mesmo uma importante forma de regulamentação pacífica de problemas emergentes das relações de vizinhança.” MONTEIRO, António Pinto. *Cláusulas Limitativas e de Exclusão de Responsabilidade*. cit., p. 393.



instrumento. A convenção de condomínio resguarda o interesse comum das partes que vivem em um mesmo ambiente e poderá ser alterada a qualquer momento, desde que cumpridos os requisitos formais.

O Tribunal de Justiça de São Paulo<sup>60</sup> e o Superior Tribunal de Justiça<sup>61</sup> possuem decisões reconhecendo a validade de cláusula de limitação de responsabilidade em convenções de condomínio, enquanto que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina não possui decisões sobre a questão.

O Superior Tribunal de Justiça fundamentou a legalidade da previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade nestes casos na liberdade de contratar das partes, que podem dispor de seus direitos patrimoniais, desde que resguardados os preceitos de ordem pública.

Assim, o instrumento em que será disposta a cláusula de limitação de responsabilidade pode ser contratual ou extracontratual, desde que cumpra os requisitos formais mínimos, permitindo à parte a possibilidade de ponderar os bônus e ônus de vincular-se à previsão.

Por fim, esclarece-se que a cláusula de limitação de responsabilidade deve ser firmada de forma prévia à ocorrência do dano indenizável. A distinção é necessária para que não haja equívocos entre a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade e a possibilidade de transação entre as partes para minorar ou extinguir a indenização após o dano, resguardada pela parte geral do Código Civil.<sup>623</sup>

Ultrapassado este ponto, passa-se a análise das diferentes modalidades de cláusulas limitação de responsabilidade.

---

<sup>60</sup>“Este E. Tribunal de Justiça de São Paulo não diverge desse entendimento (4ª Câ. Dir. Priv., Ap. 9000114- 39.2008.8.26.0506, rel. Des. Enio Zuliani, j. 04.08.2011; 1ª Câ. Dir. Priv., Ap. 9220702- 83.2007.8.26.0000, rel. Des. De Santi Ribeiro, j. 07.06.2011; 8ª Câ. Dir. Priv., Ap. 9090639- 04.2006.8.26.0000, rel. Des. Luiz Ambra, j. 25.05.2011; 2ª Câ. Dir. Priv., Ap. 9162513- 49.2006.8.26.0000, rel. Des. José Carlos Ferreira Alves, j. 22.03.2011; 10ª Câ. Dir. Priv., Ap. 9136479- 37.2006.8.26.0000, rel. Des. Maurício Vidigal, j. 18.01.2011; 10ª Câ. Dir. Priv., Ap. 0118341- 44.2007.8.26.0000, rel. Des. Testa Marchi, j. 21.09.2010).” TJSP. 8ª Câmara de Direito Privado, AC nº 9174977-76.2004.8.26.0000. Rel. Des. Theodureto Camargo. j. em 19/10/2011. DJe 17/11/2011.

<sup>61</sup>STJ. Terceira Turma, REsp nº 168.346/SP. Rel. Min. Waldemar Zveiter. j. em 20/05/1999. DJe 06/09/1999. STJ. Terceira Turma, REsp nº 13.027/RJ. Rel. Min. Dias Trindade. j. em 22/10/1991. DJe 16/12/1991.

<sup>62</sup> AGUAR DIAS, José. *Da Responsabilidade Civil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 909.

<sup>63</sup> “É mister ressaltar, no entanto, que a cláusula de não indenizar (ou a cláusula limitativa do dever de indenizar) deve ser sempre pactuada anteriormente ao inadimplemento da obrigação à qual se refere, aproximando-se mais, por isso, da transação preventiva. Não se cogita de cláusula de não indenizar (tampouco da limitativa do dever de indenizar) quando as partes convencionam o não pagamento da indenização (ou a redução desta) apenas após a ocorrência do dano.” AVELAR, Leticia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. cit., p. 80.

### 2.1.2 Redação da Cláusula

A redação concedida à cláusula de limitação de responsabilidade é o que irá delimitar a sua forma de aplicação, isto é, de que maneira a eventual indenização será limitada. A forma de delimitação da indenização ficará sob a liberalidade das partes contratantes, que podem acordar os limites necessários para alcançar o objetivo do contrato, com a alocação dos riscos provenientes da relação negocial. A liberalidade das partes estará limitada à razoabilidade, através da ponderação dos riscos assumidos e os benefícios econômicos auferidos com a negociação<sup>64</sup>.

Neste ponto, indica-se que parte minoritária da doutrina entende não ser possível a exoneração total da indenização, pois argumentam que o estabelecimento de uma cláusula de irresponsabilidade violaria o princípio da reparação integral<sup>65</sup>, argumento que é refutado pelo princípio da autonomia contratual e pelo fato da cláusula exonerar apenas a indenização, sendo possível a aplicação de outras medidas para responsabilização do agente causador, como a rescisão do contrato e a aplicação de multas contratuais.

Como qualquer estipulação contratual, a cláusula de limitação de responsabilidade deve ser redigida considerando o princípio da transparência e da boa-fé contratual, de forma direta e inteligível, respeitando a lei e a ordem pública.

Em decorrência do caráter privado dos contratos, não é possível trazer um “modelo” da cláusula objeto deste estudo. Visando elucidar de que forma as cláusulas podem ser previstas contratualmente, extraímos quatro pontos de algumas das decisões analisadas quanto ao conteúdo das cláusulas de limitação de responsabilidade previstas nos contratos objetos das lides.

(i) É possível prever contratualmente que uma das partes não se responsabiliza por danos decorrentes de uma falha específica. Nesse sentido, caso o dano indenizável decorra de

---

<sup>64</sup> MONTEIRO, Pinto António. *Cláusula limitativas e de Exclusão de Responsabilidade Civil*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2011, p. 304-305.

<sup>65</sup> “No entanto, há alguns doutrinadores que não aceitam a exoneração de responsabilidade, com base em suposta violação ao princípio da reparação integral: ‘Cabe, porém, referirmos que a limitação não pode ser total, pois seria vil e como tal não admitida, já que se equipararia à exclusão.’” SCHUNCK, Giuliana Bonanno. Cláusulas de Limitação e Exoneração de Responsabilidade e sua Aplicação no Direito Civil Brasileiro. *Revista de Direito Empresarial - Rdemp*, Belo Horizonte, v. 2, n. 9, p.189-210, maio/ago. 2012. Apud LAUTENSCHLEGER JR., Nilson. Limitação de responsabilidade na prática contratual brasileira: permite-se no Brasil a racionalização dos riscos do negócio empresarial. *Revista de Direito Mercantil*, São Paulo, v. 41, n. 125, p. 7-24, jan./mar. 2002, p. 14.

uma falha que o contrato prevê expressamente que não será de responsabilidade de uma das partes contratantes, este dano não será indenizável.

Como exemplo, cita-se decisão de 2017 do Tribunal de Justiça de São Paulo, que trata de um contrato de prestação de serviços de monitoramento de segurança com previsão expressa de que a contratada não se responsabilizaria por danos decorrentes de paralisação ou mau funcionamento das linhas de telefonia da contratante.<sup>66</sup>

Do mesmo modo, é costumeira a disposição em convenções de condomínio de cláusula exonerando o condomínio do dever de indenizar os condôminos por furtos e roubos que ocorrerem em suas dependências. Como exemplo, apresenta-se a disposição da cláusula extraída de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Art. 17. [...] ÚNICO: O condomínio não se responsabiliza por roubos ou furtos ocorridos nas dependências do Condomínio tais como: veículos, bicicletas, velocípedes, motos, motores e outros objetos.".<sup>67</sup>

(ii) A cláusula de limitação de responsabilidade pode restringir o dever de indenizar em relação a determinadas formas de indenização, exonerando uma das partes contratantes de indenizar danos indiretos, lucros cessantes, indenização a terceiros, e etc.; ainda que as indenizações decorram do mesmo evento danoso.

Apresenta-se como exemplo, o caso julgado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que foi estabelecida cláusula de limitação de responsabilidade em contrato de empreitada. A cláusula previa que no caso de rescisão decorrente de cessão, paralização ou suspensão da obra, a indenização estaria limitada aos valores devidos pelos serviços já concluídos. Em razão da previsão contratual, foi julgado improcedente o pleito de indenização por danos emergentes e lucros cessantes.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Ainda que seja válida a forma pela qual a cláusula foi prevista, por se tratar de uma relação de consumo, esta foi declarada nula na decisão preferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. - TJSP. 18ª Câmara de Direito Privado, AC nº 1007860-93.2014.8.26.0309. Rel. Des. Carmem Lúcia da Silva. j. em 06/06/2017. DJe 06/10/2017.

<sup>67</sup> TJSC. Quinta Câmara de Direito Civil, AC nº 2011.038264-5. Rel. Des. Henry Petry Junior. j. em 04/08/2011. DJe 06/09/2011.

<sup>68</sup> Transcreve-se a Cláusula "CLÁUSULA SÉTIMA- RESCISÃO d) A CONTRATANTE reserva-se o direito de pagar apenas os preços dos serviços até então realizados se por qualquer motivo houve cessão, paralização (*sic*) ou suspensão da obra." TJSC. Segunda Câmara de Direito Civil, AC nº 1996.003716. Rel. Des. Jorge Schaefer Martins. j. em 18/03/2004. DJe 06/04/2004.

(iii) As partes podem estipular que a indenização devida em razão de danos decorrentes do cumprimento contratual estará limitada a um determinado valor, sendo que este poderá estar expresso na cláusula ou ser proporcional ao valor do contrato.

Nesse sentido, cita-se que a Caixa Econômica Federal previa contratualmente quando da contratação de cofres privados, que o valor da indenização devida no caso de perda dos bens guardados no local estaria limitado ao montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) <sup>69</sup>.

Do mesmo modo, enquadra-se nesta modalidade de cláusula, a relação jurídica julgada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que foi contrato de prestação de serviços de rastreamento entre duas pessoas jurídicas, no qual contava cláusula prevendo que a indenização devida à contratante estaria limitada ao valor proporcional de 50 (cinquenta) vezes a mensalidade devida pela prestação dos serviços.<sup>70</sup>

(iv) Por outro lado, as partes podem prever que a cláusula de limitação de responsabilidade seja bilateral, limitando ou exonerando o dever de indenizar a ambas as partes. Antonio Junqueira de Azevedo possui parecer analisando a validade da previsão desta modalidade de cláusula em um contrato da NASA com o governo brasileiro, concluindo pela possibilidade da cláusula de limitação de responsabilidade recíproca – por ele denominada cláusula cruzada de não indenizar (*cross-waiver of liability*) – ser prevista contratualmente.<sup>71</sup>

Esclarece-se que, os modelos de cláusula de limitação de responsabilidade apresentados acima visam apenas a exemplificar as redações possíveis para a cláusulas. Caberá aos contratantes, desde que respeitados os requisitos de validade apresentados neste trabalho, no exercício de suas liberdades de contratar, estabelecer contratualmente uma cláusula de limitação de responsabilidade que permita-lhes atingir os seus objetivos.

### **2.1.3 Responsabilidade Contratual e Extracontratual**

O Código Civil prevê no artigo 927 “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”, ou seja, a obrigação de indenizar surge quando

---

<sup>69</sup> TJSP. 19ª Câmara de Direito Privado, AC nº 0136029-34.2012.8.26.0100. Rel. Des. Sebastião Junqueira. j. em 04/07/2016. DJe 14/07/2016.

<sup>70</sup> TJSP. 18ª Câmara de Direito Privado, AC nº 1007860-93.2014.8.26.0309. Rel. Des. Carmem Lúcia da Silva. j. em 06/06/2017. DJe 06/10/2017.

<sup>71</sup> AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Cláusula Cruzada de Não Indenizar (*Cross-Waiver Of Liability*), cit., p. 25-34.

da ocorrência de um ato ilícito que cause dano a um terceiro. Sergio Cavalieri Filho define as obrigações de indenizar como voluntárias e legais:

As primeiras são aquelas criadas por negócios jurídicos, trata-se de um contrato ou não, em função do princípio da autonomia da vontade. Obrigações, em suma, que existem porque as partes quiseram que existissem e que têm justamente o conteúdo que lhes quiseram imprimir. As segundas são obrigações impostas pela lei, dados certos pressupostos; existem porque a lei lhes dá vida e com o conteúdo por ela definido. A vontade das partes só intervém como condicionante, e não como modeladora dos efeitos jurídicos estatuídos na lei.<sup>72</sup>

Ainda que defina que a vontade das partes intervém como condicionante da obrigação de indenizar, Cavalieri entende ser vedada a aplicação de cláusulas de limitação de responsabilidade para restringir a indenização de atos ilícitos decorrentes de lei, considerando que nesse âmbito as partes nada contrataram<sup>73</sup>.

Por outro lado, José Aguiar Dias<sup>74</sup>, António Pinto Monteiro<sup>75</sup> e Wanderley Fernandes<sup>76</sup> entendem ser possível a limitação de indenizações decorrentes de responsabilizações extracontratuais que envolvam as partes contratantes.

A questão necessita ser estudada, tendo em vista uma situação de responsabilização que enseje a aplicação da cláusula. Como exemplo, cita-se o caso de um contrato de empreitada com previsão de cláusula de limitação de responsabilidade em que, quando da execução do contrato, ocorre um acidente. Nesta situação, ainda que a responsabilização pelo dano causado decorra de uma previsão legal, vislumbra-se que o ocorrido está inserido nos riscos inerentes à contratação.

Nesse sentido dispõe Wanderley Fernandes: “Embora se trate de responsabilidade extracontratual, as partes têm vínculo prévio ao dano, que lhes permite avaliar os riscos e expressar validamente a sua vontade”.<sup>77</sup>

Assim, entende-se que é possível a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade no caso de responsabilização extracontratual, desde que a conduta causadora

---

<sup>72</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. cit., p. 16

<sup>73</sup> “A cláusula é inadmissível na responsabilidade extracontratual porque, ali, as partes nada contrataram” Ibidem, p. 953.

<sup>74</sup> AGUIAR DIAS, José. *Da Responsabilidade Civil*. cit., p. 916.

<sup>75</sup> MONTEIRO, Pinto António. *Cláusula limitativas*, cit., p. 391

<sup>76</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 151.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 163.

do dano esteja vinculada à execução do contrato e a cláusula se enquadre em todas condições de aplicabilidade expostas no tópico 2.1.

#### 2.1.4 Obrigações Patrimoniais e Personalíssimas

No tópico anterior, conclui-se pela possibilidade de limitar a indenização por responsabilizações contratuais e extracontratuais. Feita esta consideração, devemos analisar a natureza dos direitos que poderão ter a sua indenização limitada.

O direito brasileiro divide os direitos como de natureza patrimonial ou de natureza personalíssima, sendo que a segunda categoria é protegida pela Constituição Federal<sup>78</sup> e pelo Código Civil<sup>79</sup> como direitos indisponíveis. Carlos Alberto Bittar os aborda:

Consideram-se da personalidade os direitos reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para a defesa de valores inatos no homem, como a vida, a higidez física, a intimidade, o segredo, o respeito, a honra, a intelectualidade e outros tantos.<sup>80</sup>

Considerando a disposição expressa do artigo 11 do Código Civil<sup>81</sup>, vedando a limitação voluntária dos direitos da personalidade, conclui-se que não é possível a limitação à indenização decorrente da violação destes direitos, conforme prevê Fernando Noronha:

Os danos à pessoa, dentro dos quais cabem duas subcategorias, os danos corporais (à saúde, ou biológicos) e os danos anímicos (morais em sentido estrito), são tutelados por princípios superiores, de ordem pública, que impedem que a obrigação de indenizar possa ser preventivamente excluída ou limitada, através de cláusulas de não indenizar.<sup>82</sup>

Assim, conclui-se que a cláusula de limitação de responsabilidade se aplica apenas a danos patrimoniais, sendo inválidas cláusulas que limitam o dever de indenizar por lesões a direitos personalíssimos, como violações à imagem, à moral e à integridade física.

---

<sup>78</sup> “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”.

<sup>79</sup> Artigos 11 a 21 do Código Civil.

<sup>80</sup> BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 29.

<sup>81</sup> “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”.

<sup>82</sup> NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações*. cit., p. 527.

Na busca jurisprudencial realizada, verificou-se que as decisões não fazem a diferenciação entre a natureza do direito quando da análise da aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade. Como exemplo cita-se o REsp 23.815/RJ<sup>83</sup>, que se refere a uma ação de indenização pela morte do pai das autoras, que faleceu em um acidente aéreo, quando viajava em uma das aeronaves da Ré.

O contrato pela prestação dos serviços de transporte através de uma aeronave privada previa a limitação ao valor da indenização devida em caso de acidentes. O Superior Tribunal de Justiça entendeu pela aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade, frente às indenizações devidas em decorrência de lesões a direitos personalíssimos.

Do mesmo modo, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina<sup>84</sup> afastou a indenização devida por danos morais e materiais, em decorrência da previsão de cláusula de limitação de responsabilidade no contrato firmado pelas partes.

Diante dos argumentos apresentados acima, estas decisões feriram a ordem pública e a indisponibilidade dos direitos personalíssimos ao aplicar a cláusula de limitação de responsabilidade para limitar indenizações devidas em decorrência da morte de uma pessoa e do dano moral sofrido por suas filias. Portanto, reitera-se a vedação à limitação da indenização por cláusulas de limitação de responsabilidade nos casos de danos a direitos personalíssimos.

### **2.1.5 Restrições legais**

Em certas modalidades contratuais, a lei veda a possibilidade de limitação de responsabilidade, sendo estas: (i) contratos de transporte; (ii) contratos de empreitada, (iii) contratos de comercialização de software; e (iv) relações de consumo com pessoas físicas.

(i) O direito brasileiro possui vedação expressa à limitação de responsabilidade em contratos de transportes. A vedação disposta pela Súmula 161 do Supremo Tribunal Federal<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> STJ. Terceira Turma. REsp nº 28.815/RJ. Rel. Min. Eduardo Ribeiro. j. em 04/03/1997. DJe 14/04/1997.

<sup>84</sup> TJSC. Câmara Especial Regional de Chapecó, AC nº 00074315220048240018. Rel. Des. Júlio Cesar M. Ferreira de Melo. j. em 12/05/2015. DJe 20/05/2015.

<sup>85</sup> “Em contrato de transporte, é inoperante a cláusula de não indenizar”.

foi positivada pelo artigo 734 do Código Civil<sup>86</sup>. Porém, ressalva-se que o parágrafo único permite a indenização seja limitada ao valor declarado do bem.<sup>8788</sup>

(ii) Os contratos de empreitadas estão tipificados pelo Código Civil, possuindo a previsão do artigo 618<sup>89</sup> de que o empreiteiro deverá garantir a solidez e segurança do resultado de seus serviços. Consequentemente, esta restrição legal proíbe a previsão de cláusula que exonere a responsabilidade pelo objeto final da contratação.

Dito isso, deve-se ressaltar que podem ser previstas cláusulas de limitação de responsabilidade quanto a obrigações acessórias, como indenizações por descumprimento de determinadas estipulações contratuais, bem como limitando os lucros cessantes decorrentes do descumprimento do contrato.

Nesse sentido, exemplifica-se a possibilidade de aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade em contratos de empreitada com a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina<sup>90</sup>, que decidiu pela aplicabilidade da cláusula prevista em um aditivo entre a administração pública e o empreiteiro, que eximia a contratante de arcar com indenização decorrente de lucros cessantes e danos emergentes no caso de rescisão do contrato por ausência de verbas para financiar a obra.

(iii) A Lei 9.609/98, no artigo 10, §1º, inciso II<sup>91</sup> veda a exoneração da reponsabilidade por eventuais ações de terceiros, decorrentes de vícios, defeitos ou violação de direitos autorais em contratos de licença de direitos de comercialização de programas de computador.

(iv) Por fim, o artigo 51, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor veda a aplicação de cláusulas de limitação de responsabilidade em relações de consumo com pessoas físicas, prevendo a possibilidade de prever a cláusula em contratos com consumidores pessoas

---

<sup>86</sup> Art. 734. O transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade.

<sup>87</sup> Parágrafo único. É lícito ao transportador exigir a declaração do valor da bagagem a fim de fixar o limite da indenização.

<sup>88</sup> AVELAR, Letícia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. cit., p. 109.

<sup>89</sup> Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

<sup>90</sup> TJSC. Segunda Câmara de Direito Civil. AC nº 1996.003716. Rel. Des. Jorge Schaefer Martins. j. em 18/03/2004. DJe 06/04/2004.

<sup>91</sup> Art. 10. Os atos e contratos de licença de direitos de comercialização referentes a programas de computador de origem externa deverão fixar, quanto aos tributos e encargos exigíveis, a responsabilidade pelos respectivos pagamentos e estabelecerão a remuneração do titular dos direitos de programa de computador residente ou domiciliado no exterior.

§ 1º Serão nulas as cláusulas que: II - eximam qualquer dos contratantes das responsabilidades por eventuais ações de terceiros, decorrentes de vícios, defeitos ou violação de direitos de autor.



jurídicas, desde que cumpridos certos requisitos. O tema que será tratado com maior atenção no próximo capítulo desta monografia.

### 2.1.6 Dolo e Culpa Grave

É unânime entre a doutrina<sup>92</sup> a inaplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade em caso de dolo. Permitir que o causador do dano não seja integralmente responsabilizado pela sua conduta dolosa valorizaria condutas reprováveis. Nesse sentido, o artigo 145 do Código Civil<sup>93</sup> prevê que são anuláveis os negócios jurídicos quando forem pactuados com dolo.

Em seu livro, Caio Mario da Silva Pereira esclarece que o direito romano já condenava previsões que resguardecam condutas cometidas com dolo e que nem os doutrinadores mais liberais são favoráveis a estas disposições.<sup>94</sup>

Assim, não deve se falar em limitar a indenização por danos contratuais ou extracontratuais decorrentes de condutas dolosas. Ressalva-se que o mero descumprimento contratual não pode ser considerado como conduta dolosa, pois é necessária a intenção maliciosa de causar dano à outra parte.<sup>95</sup>

Por outro lado, existem discussões acerca da possibilidade de limitar a responsabilidade do agente causador por culpa grave. Grande parte da doutrina entende que o dolo se equipara à culpa grave, sob o fundamento que a possibilidade de limitação de responsabilidade representaria um estímulo à negligência, imperícia e desatenção, gerando situações contrárias à ordem pública contratual e ao interesse social.<sup>96</sup> Conforme defendido por Sergio Cavalieri:

A culpa grave, por sua vez, revela negligência extrema, grosseira ausência de vigilância, em que o homem menos cuidadoso não incide nos seus próprios negócios. **A interdição da cláusula de não indenizar, em casos tais, é exigência da moral e da boa-fé.**<sup>97</sup> (grifou-se)

---

<sup>92</sup> RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*: Vol. 4, cit., p. 181.

<sup>93</sup> Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

<sup>94</sup> Nesse particular, já o direito romano condenava o conventio de dolo non praestando (Digesto, Livro XVI, tit. III, fr. 1, §7), por entende-la *contra bonam fidem, contraque bonus mores*, e o direito moderno, mesmo na fala dos mais liberais, mantem o interdito. PEREIRA, Caio Mario da Silva, *Instituições de Direito Civil*, cit., p. 251.

<sup>95</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 215.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>97</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. cit., 594.

Além da gravidade da conduta, a corrente que defende a equiparação de dolo à culpa grave dispõe que a diferenciação das condutas dolosas ou decorrentes de culpa grave, quando da aplicação da cláusula, traria dificuldade à responsabilização do agente doloso, tendo em vista que ambas se assemelham na forma, diferenciando-se quanto à intenção.

A corrente dissidente, da qual Caio Mario da Silva Pereira e Fabio Henrique Peres fazem parte, entende que o dolo e a culpa grave não poderiam ser equiparados em razão da diferença de sua natureza, visto que o dolo decorre da intencionalidade e a culpa grave da negligência.<sup>98</sup>

Visando a segurança jurídica e a preservação da boa-fé contratual, o presente trabalho filia-se à doutrina majoritária, entendendo que não é possível a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade quando o dano decorrer de condutas dolosas ou eivadas de culpa grave.

Com base no disposto neste item, pontua-se duas decisões que analisam a conduta do beneficiado pela cláusula de limitação de responsabilidade, para verificar se a jurisprudência coaduna com o disposto neste item. No acórdão<sup>99</sup> julgado em 2014 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina apresenta o fundamento para a equiparação entre culpa grave e dolo, conforme disposto acima, e conclui pela validade de aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade, frente a inexistência de dolo ou culpa grave por parte da contratante.

No mesmo sentido, o acórdão julgado em 2016 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo<sup>100</sup>, ainda que tenha reconhecido a nulidade da cláusula de limitação responsabilidade em decorrência da vedação expressa do Código de Defesa do Consumidor, dispõe que o fato de um dos prepostos do banco ter auxiliado no roubo, que gerou o dever de indenizar o contratante dos serviços, configura a culpa grave da contratada (banco), impossibilitando a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade.

### **2.1.7 Ordem Pública e Bons Costumes**

---

<sup>98</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 223.

<sup>99</sup> TJSC. Segunda Câmara de Direito Civil, AC nº 1996.003716. Rel. Des. Jorge Schaefer Martins. j. em 18/03/2004. DJe 06/04/2004.

<sup>100</sup> TJSP. 19ª Câmara de Direito Privado, AC nº 0136029-34.2012.8.26.0100. Rel. Sebastião Junqueira. j. em 04/07/2016. DJe 14/07/2016.

O Código Civil prevê no artigo 122<sup>101</sup> que são consideradas ilícitas todas as condições que violarem a ordem pública ou aos bons costumes. Ocorre que, tanto a ordem pública quanto os bons costumes são conceitos abertos, que devem ser preenchidos pelo magistrado a partir das previsões legais e do momento histórico cultural.<sup>102</sup> Deve-se ter em mente que esta restrição se aplica a todos os negócios jurídicos, não apenas às cláusulas de limitação de responsabilidade.

Conforme o conceito apresentado por Ana Prata, a ordem pública “exprime o conjunto dos princípios fundamentais do ordenamento jurídico com valor supra ordenador e básico, cuja salvaguarda tem em vista não apenas a tutela de interesses privados, mas – e primariamente – a de interesses coletivos”.<sup>103</sup>

Ao verificar a validade da cláusula, deve-se analisar se a norma do direito que estabelece a responsabilidade pelo dano, a ser afastada pela convenção da cláusula de limitação de responsabilidade, atende aos interesses de ordem pública ou é destinada a tutelar interesses individuais. Quando a previsão resguardar interesses de ordem pública, a aplicação da cláusula, limitando o valor da indenização, é inválida.<sup>104</sup>

Nesta perspectiva, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina resguardando o interesse coletivo ao acesso à distribuição e fornecimento de energia elétrica de qualidade, decidiu pela nulidade da cláusula de limitação de responsabilidade disposta no contrato entre a concessionária de energia e o município, fundamentando nos preceitos de ordem pública.<sup>105</sup>

Do mesmo modo, para resguardar a ordem pública, é vedada a limitação da indenização no caso de dolo, direitos extrapatrimoniais e em determinadas modalidades contratuais, como no caso do direito do consumidor pessoa física e contratos de trabalho. Embora todas essas questões pudessem ser discutidas neste tópico optou-se por se tratar cada ponto separadamente por uma questão didática.

---

<sup>101</sup> Art. 122. São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.

<sup>102</sup> AVELAR, Letícia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*, cit., p. 163.

<sup>103</sup> PRATA, Ana. *Cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade contratual*, cit., p. 187.

<sup>104</sup> AGUIAR DIAS, José. *Da Responsabilidade Civil*. cit., p. 905.

<sup>105</sup> TJSC. Primeira Câmara de Direito Público, AC nº 00097029820038240008. Rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva. j. em 22/05/2012. DJe 31/05/2012.

## 2.2 Contratos de adesão

O estudo da aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade no direito brasileiro exige que sejam analisadas as peculiaridades do formato contratual denominado como contrato de adesão. A forma do contrato de adesão decorre do crescimento da sociedade de consumo, que exige a realização de contratações em massa<sup>106</sup>.

Assim, os contratos por adesão aceleram as contratações, pois, diferentemente do contrato paritário, inexistente a fase de negociação entre as partes acerca dos termos do contrato, cabe ao aderente apenas firmar ou não o contrato.

A doutrinadora Cláudia Lima Marques conceitua os contratos de adesão como aqueles que as cláusulas são estabelecidas pelo parceiro contratual economicamente mais forte, sem que a outra parte possa discutir ou modificar substancialmente as previsões dispostas contratualmente.<sup>107</sup>

Por outro lado, Wanderley Fernandes entende que para a configuração de um contrato de adesão, não é necessário o desequilíbrio econômico entre as partes contratantes, basta a imposição de forma reiterada dos termos contratuais por uma das partes, sem a possibilidade de negociação quanto aos seus termos.<sup>108</sup>

Visando equalizar a relação negocial entre as partes vinculadas através de contratos de adesão, o Código Civil estabelece no artigo 423<sup>109</sup> que as cláusulas ambíguas ou contraditórias sempre deverão ser interpretadas a favor do aderente; e no artigo 424<sup>110</sup> que são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direitos resultantes da natureza do negócio jurídico firmado entre as partes. Portanto, estabelece-se um nível de proteção especial às relações comerciais firmadas através de contratos de adesão.

A doutrina majoritária<sup>111</sup> entende pela invalidade da previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade em contratos de adesão, fundamentando esta restrição no desequilíbrio

---

<sup>106</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*: Comentado pelos Autores do Anteprojeto. Vol. I. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 652.

<sup>107</sup> MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor*. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 64.

<sup>108</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p.188.

<sup>109</sup> Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

<sup>110</sup> Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

<sup>111</sup> “Para Gustavo Tepedino, Heloisa Helena Barboza e Maria Celina Bodin de Moraes, o conteúdo do artigo 424 do Código Civil aproxima-se da dicção do inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do

econômico entre as partes e na vedação à renúncia antecipada de direitos resultantes da natureza do negócio, disposta no artigo 424 do Código Civil.

Entretanto, Wandreley Fernandes<sup>112</sup> dispõe que a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade pode ser válida em contratos de adesão. Fundamenta esta afirmação no fato de que a estipulação de um contrato de adesão entre as partes não pressupõe necessariamente a existência de um desequilíbrio econômico entre as partes, sendo possível que as disposições previstas no contrato de adesão possuam forma equânime e não se consubstanciam como disposições iníquas.

Ainda, dispõe que a cláusula de limitação de responsabilidade pode estipular a limitação ou exoneração de responsabilidades não vinculadas à natureza do contrato, afastando a vedação disposta no artigo 424 do Código Civil.

Neste sentido, conclui-se que a apreciação da validade da cláusula de limitação de responsabilidade em contratos de adesão regulado pelo Código Civil deverá ser realizada com base na situação concreta em que foi prevista, inexistindo cláusulas a priori nulas. O magistrado deverá avaliar os requisitos validade da cláusula, considerando o disposto no artigo 424 do Código Civil e no contexto concreto em que foi predisposta no contrato.

No âmbito do direito do consumidor, verifica-se a existência de previsão expressa da possibilidade de obrigações serem pactuadas através de contratos de adesão no artigo 54<sup>113</sup> do Código de Defesa do Consumidor, desde que cumpridos certos requisitos, que visam a efetivação do direito à informação, conforme será tratado no próximo capítulo.

O parágrafo 4º do artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor<sup>114</sup> prevê que é possível a previsão de cláusulas de limitação do direito do consumidor aderente, desde que, estas encontrem-se redigidas com destaque. Portanto, o direito do consumidor permite a estipulação de cláusulas que prevejam a renúncia antecipada de direitos por partes do consumidor aderente.

As vedações à esta previsão devem estar expressas em lei, conforme limitação disposta no inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, que declara nula a previsão de

---

Consumidor, posição que é compartilhada por Giselda Hironaka e Flávio Tartuce [...]” AVELAR, Letícia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. cit., p.156

<sup>112</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p.188.

<sup>113</sup> Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

<sup>114</sup> § 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

cláusulas que impossibilitem ou exonerem responsabilidade fornecedor ou impliquem renúncia ou disposição de direitos em reação aos consumidores, bem como atenuem a responsabilidade do fornecedor frente a consumidores pessoa física.<sup>115</sup>

Por outro lado, a segunda partes do inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, permite a limitação de responsabilidade do consumidor pessoa jurídica. Assim, no direito do consumidor, inexistente proibição específica à previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade que limitem o valor da indenização decorrente de lesão a direitos resultantes da natureza do negócio em contratos de adesão, desde que cumpridos os requisitos de próprios de validade da cláusula de limitação de responsabilidade.

Frente a possibilidade de prever cláusulas de limitação de responsabilidade em contratos de adesão protegidos pela legislação consumerista, seria ilógico vedá-las nos contratos por adesão firmados sob a égide do Código Civil.

Diante do exposto, conclui-se que é possível a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade no âmbito do direito do consumidor e nas relações resguardadas pelo Código Civil. Sendo que, nos contratos de adesão em que se aplica o Código Civil, a validade da cláusula não poderá comprometer direitos decorrentes da natureza do negócio.

## 2.3 Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi apresentar o conceito da cláusula de limitação de responsabilidade - cláusula que permite a exoneração total ou parcial do dever de indenizar, visando a alocação dos riscos da negociação.

Além disso, apresentam-se as condições de validade da cláusula, ponto que possui notáveis discussões doutrinárias, concluindo-se que a cláusula de limitação de responsabilidade deve (i) estar prevista formalmente, não sendo aplicável a aceitação tácita.

O fato gerador da responsabilização (ii) não pode decorrer de dolo ou culpa grave e (iii) ter lesado direitos indisponíveis; bem como, a limitação do valor da indenização não pode ferir (iv) previsão legal ou (v) a ordem pública e bons costumes. Por fim, apresentou-se que a cláusula de limitação de responsabilidade aplica-se a responsabilizações contratuais e extracontratuais.

---

<sup>115</sup> “O CDC não só autoriza as cláusulas de limitação nos contratos por adesão concluídos entre um fornecedor e um consumidor (CDC 54, § 4º), mas também quando as rejeita, fá-lo de maneira expressa (CDC 51, I, primeira parte).” ZANETTI, Cristiano de Souza. *Direito Contratual contemporâneo: a liberdade contratual e sua fragmentação*, 1 ed. Rio de Janeiro: Método. 2008, p. 139.

A partir das decisões analisadas na pesquisa jurisprudencial, verificou-se que o conceito da cláusula de limitação de responsabilidade e os seus critérios de validade, cujas discussões foram explanadas acima, não estão em voga na jurisprudência, que declara a validade ou invalidade das cláusulas através de decisões com poucas fundamentações teóricas.

Como apresentado na primeira parte deste capítulo, a cláusula de limitação de responsabilidade tem como objetivo a alocação dos riscos da negociação entre as partes. Cumpridos os requisitos apresentados acima e existindo paridade entre as partes contratantes, inexistem vedações a sua aplicação.

Entretanto, nas esferas em que inexistem paridade entre os contratantes, dificultando a realização de negociações, os direitos da parte hipossuficiente, técnico ou economicamente, devem ser resguardados.

Nesta toada, o Código Civil veda a estipulação de cláusula que comprometa os direitos decorrentes da natureza do negócio e o Código de Direito de Consumidor proíbe expressamente a aplicação de limitações a responsabilidade do fornecedor em relação a consumidores pessoas físicas, excepcionando a restrição quando se tratar de consumidores pessoas jurídicas e a previsão da cláusula enquadrar-se no conceito de “situações justificáveis”.

Esta restrição visa impedir a imposição de cláusulas de limitação de responsabilidade pelos fornecedores, sem que haja o real favorecimento do consumidor. Assim, será analisado no próximo capítulo, com maior atenção a restrição a previsão de cláusula de limitação de responsabilidade no direito consumerista.

### 3 CLÁUSULA DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE À LUZ DO ART 51, I DO CDC

Apresentado o conceito de cláusula de limitação de responsabilidade e os requisitos gerais para que seja válida a sua aplicação, este capítulo analisa a possibilidade de aplicação do instituto no microssistema jurídico das relações de consumo.

Adianta-se que o Código de Defesa do Consumidor veda a aplicação de cláusulas de limitação de responsabilidade em relações consumeristas, ressalvados os contratos firmados com consumidores pessoas jurídicas em que a utilização da cláusula se justifique, conforme dispõe o artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, que se encontra no centro deste estudo:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. **Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;** (grifou-se)

Assim, analisaremos as relações de consumo no direito brasileiro, o conceito do termo “situações justificáveis”, as situações em que se justifica a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade, e por fim, os requisitos de validade próprios do microssistema do direito consumerista.

O direito do consumidor surge de um anseio da população, frente à desigualdade estrutural nas relações entre produtores e fornecedores de produtos/serviços e consumidores pessoas físicas ou jurídicas. Como consequência das desigualdades decorrentes do Estado liberal, verificou-se a necessidade de resguardar aqueles que não possuem conhecimento e poder de barganha nas relações comerciais.

A massificação da produção, do consumo e da contratação deixou o consumidor em desvantagem, pois à medida que o fornecedor se fortaleceu técnica e economicamente, o consumidor teve o seu poder de escolha enfraquecido, praticamente eliminado. Não mais tendo acesso direto ao fabricante, o consumidor ficou submisso aos contratos de adesão, suas cláusulas e condições [...].<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumo*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 7.



Não se deve ignorar que a elaboração de regulamentações às relações de consumo decorreu, não só em razão das opressões e abusos econômicos, mas também em decorrência de interesse político na manutenção do sistema produtivo vigente, que necessita de equilíbrio para manter-se dominante<sup>117</sup>.

Assim, a denominada constituição cidadã - Constituição Federal de 1988 - positivou o dever de o Estado defender os consumidores<sup>118</sup> e determinou a elaboração do Código de Defesa do Consumidor. Este entrou em vigor em 1991, trazendo grandes mudanças ao direito brasileiro, atingindo hoje cerca de 80% (oitenta por cento) dos contratos firmados<sup>119</sup>.

O Código de Defesa do Consumidor surge com o objetivo de resguardar a parte vulnerável nas negociações, garantindo a equidade, e consequentemente, viabilizando a realização de negócios que favoreçam ambas as partes. Ressalva-se que a legislação consumerista não afasta as previsões dispostas no Código Civil:

Isto quer dizer que a obrigatoriedade dos pactos, a autonomia da vontade dos contratantes e a relatividade dos contratos, definidos pela teoria clássica do direito contratual, subsistem em relação aos contratos de consumo, apenas flexibilizadas e melhor adaptadas pela valorização dos aspectos éticos da boa-fé objetiva e da tutela especial à parte vulnerável das negociações de massa.<sup>120</sup>

O primeiro artigo do Código de Defesa do Consumidor<sup>121</sup> expõe expressamente que a defesa do consumidor é um preceito de ordem pública e interesse social. A partir deste preceito que o Código de Defesa do Consumidor prevê a responsabilidade objetiva do fornecedor por

---

<sup>117</sup> “Na realidade, sem o necessário equilíbrio nas relações de consumo, todo o sistema produtivo acabaria comprometido. Por isso, repita-se, tornou-se imperativa a proteção ao consumidor, não só contra opressões e abusos econômicos, mas também contra as contínuas agressões de que era alvo.” CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumo*, cit., p. 8.

<sup>118</sup> “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes  
XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;”.

<sup>119</sup> “O Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11-09-1990), que se aplica atualmente a mais ou menos 80% dos contratos, não admite a sua estipulação nas relações de consumo.” GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Vol. 4 – Responsabilidade Civil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 451.

<sup>120</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Direitos ao Consumidor: A busca de um equilíbrio entre as garantias do CDC e os princípios gerais do Direito Civil e do Direito Processual Civil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 15.

<sup>121</sup> Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

fatos e vícios dos produtos e serviços comercializados (artigos 12 e 14); e elenca no artigo 51 as cláusulas consideradas como abusivas nas relações de consumo.

O artigo 51 apresenta hipóteses de cláusulas abusivas, estando estas dispostas em seus incisos. O rol de cláusulas apresentado pelo artigo não é taxativo, assim, qualquer previsão que gere o desequilíbrio de posição entre as partes, lesando os direitos do consumidor, pode ser considerada abusiva. O artigo prevê que as cláusulas abusivas são consideradas nulas de pleno direito, devendo ser declarada de ofício pelo juiz.<sup>122</sup>

O presente trabalho limitará o estudo à previsão disposta no inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, que trata das cláusulas que impossibilitem, exonarem, atenuem e limitem a responsabilidade do fornecedor. Esta previsão veda a estipulação de qualquer modalidade de cláusula de limitação de responsabilidade em contratos consumeristas com pessoas físicas.

A doutrina consumerista<sup>123</sup> possui entendimento consolidado no sentido de que a aplicação de cláusulas de limitação de responsabilidade não pode ser tolerada no direito do consumidor, sob o fundamento de que esta limitaria o ressarcimento por danos causados àqueles que não possuem meios para se defender das imposições do mercado.

Nesse sentido, Cláudia Lima Marques afirma que o argumento de que a previsão de uma cláusula de limitação da responsabilidade do fornecedor gera em contrapartida a redução dos preços dos produtos/serviços não resistiu a uma análise ética, tendo em vista que não é justificável comprar a irresponsabilidade ou o direito de prejudicar os outros.<sup>124</sup>

Os doutrinadores argumentam que a vedação à previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade não decorre apenas do artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, mas também, da disposição do artigo 1º que prevê que a defesa do consumidor é um preceito

---

<sup>122</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*. cit., p. 49.

<sup>123</sup> KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. *Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo*, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 135; SILVA, Jorge Alberto Quadros Carvalho. *Cláusulas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor*, 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 102; ALMEIDA, João de. *A Proteção Jurídica do Consumidor*, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 149. SILVA NETO, Orlando da. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Forense, 2013, p. 630.

<sup>124</sup> “O argumento de admissibilidade das cláusulas de limitação de responsabilidade do fornecedor em função da redução da contraprestação como se fosse possível, ao reduzir o preço de um produto, comprar a irresponsabilidade ou o direito de prejudicar os outros – não resistiu a uma análise ética.”. MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*, cit., p. 1099.

de ordem pública.<sup>125-126</sup> Conforme apresentado no capítulo anterior, a violação à ordem pública invalida a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, portanto, estes doutrinadores entendem que a previsão da cláusula necessariamente prejudica o consumidor.

Claudia Lima Marques, em seu livro *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*, vai além, dispondo que o artigo 1º do Código de Defesa do Consumidor tornou os direitos dos consumidores, ainda que patrimoniais, como indisponíveis; logo estes não são passíveis de renúncia através da previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade.<sup>127</sup>

Diante da pesquisa realizada, conclui-se que a jurisprudência possui entendimento consolidado quanto à inaplicabilidade de cláusulas de limitação de responsabilidade em relações consumeristas envolvendo consumidores pessoas físicas, ainda que, nem todas as decisões fundamentem a nulidade da cláusula no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor.

Dentre as decisões, destacam-se aquelas que (i) se limitam a “informar” a inaplicabilidade da cláusula, sem indicar o fundamento jurídico para tal interpretação<sup>128</sup>; (ii) fundamentam a invalidade da cláusula com base nos conceitos protecionistas trazidos pelo Código de Defesa do Consumidor<sup>129130</sup>; e, por fim, (iii) aquelas que fundamentam a invalidade da cláusula com base no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor<sup>131</sup>.

Nesta toada, o Superior Tribunal de Justiça inadmitiu a previsão de cláusula de limitação de responsabilidade em contratos com consumidores pessoas físicas no REsp nº 1.133.111/PR<sup>132</sup>, com base no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor. Nos autos em questão, a cláusula havia sido prevista em contrato de penhor e o bem foi roubado

---

<sup>125</sup> NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. MATOS, Yolanda Alves Pinto Serrano de. *Código de Defesa do Consumidor Interpretado: doutrina e jurisprudência*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 906.

<sup>126</sup> “Mais evidente ainda a incompatibilidade da cláusula com o microsistema do consumidor, quando observamos que o CDC, nos termos do seu art. 1º, lei da ordem pública, não se mostra receptivo a esse tipo de pacto.” SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 351.

<sup>127</sup> MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*, cit., p. 1068.

<sup>128</sup> TJSP. 34ª Câmara de Direito Privado, AC nº 4002505-74.2013.8.26.0248. Rel. Des. Soares Levada. j. em 09/06/2017. DJe 09/10/2017.

<sup>129</sup> “A cláusula de não indenizar é inválida, pois retira do consumidor a possibilidade de ressarcimento de forma potestativa, o que é incompatível com o sistema protecionista de consumo.” TJSP. 27ª Câmara, AC nº 951993-0/8. Rel. Des. Marcos Roberto de Souza Bernicchi, j. em 07/03/2008. DJe 12/03/2008.

<sup>130</sup> TJSP. 33ª Câmara de Direito Privado, AC nº 1068066-55.2013.8.26.0100. Rel. Des. Silvia Rocha. j. em 02/08/2017. DJe 03/08/2017.

<sup>131</sup> TJSP. 29ª Câmara, AC nº 9208204-23.2005.8.26.0000. Rel. Des. Pereira Calças. j. em 30/01/2018. DJe 08/02/2008.

<sup>132</sup> STJ. Terceira Turma, REsp nº 1.133.111/PR. Rel. Min. Sidnei Beneti. j. em 06/10/2009. DJe 05/11/2009.

durante o período em que se encontrava sob a guarda da instituição bancária. Ressalva-se que, em situação semelhante, antes da entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, o mesmo tribunal decidiu pela aplicabilidade da cláusula, permitindo a limitação da responsabilidade do fornecedor<sup>133</sup>.

O direito estrangeiro, no mesmo sentido que a legislação brasileira, tem entendido pela inaplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade em relações consumeristas.

O doutrinador português Antônio Pinto Moteiro, no livro em que estuda a cláusula de limitação de responsabilidade, expõe que a eliminação da possibilidade de exoneração ou exclusão das garantias legais é uma previsão insubstituível para a proteção eficaz dos direitos do consumidor. Informando que o direito português, o direito francês e o direito alemão já possuem previsões legais vedando a aplicação das mesmas em relações consumeristas.<sup>134</sup>

Diferenciando-se em parte da doutrina estrangeira, que veda a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade em qualquer vínculo consumerista, a lei brasileira excepciona o caso de consumidores pessoas jurídicas, dispondo no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor a possibilidade de limitar o valor da indenização do consumidor pessoa jurídica quando se verifique a existência de situações justificáveis à sua aplicação.

Em virtude da diferença de tratamento entre consumidores pessoas físicas e jurídicas disposta no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, apresenta-se o conceito de “fornecedor” e “consumidor” no direito brasileiro e a diferenciação entre consumidor pessoa física e pessoa jurídica. O artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor esclarece que:

Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

O artigo é claro ao incluir todas as partes vinculadas à venda de produtos e fornecimento de serviços como fornecedores, existindo escassas discussões acerca deste conceito, das quais, destaca-se o debate acerca da conceituação de condomínio e associações como fornecedoras de serviços.

Entende-se que condomínios e associações não devem ser conceituadas como fornecedoras, tendo em vista que as deliberações de seus objetivos sociais são tomadas, direta

---

<sup>133</sup> STJ. Quarta Turma, REsp nº 83.717/MG. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. j. em 12/11/1996. DJe 09/12/1996.

<sup>134</sup> MONTEIRO, António Pinto. *Cláusulas Limitativas e de Exclusão de Responsabilidade*, cit., p. 324.

ou indiretamente, por seus condôminos ou associados, inviabilizando a conceituação como “fornecedores”, não se aplicando a limitação à previsão de cláusula de limitação de responsabilidade disposta neste capítulo a estas entidades.<sup>135</sup>

Tanto que, a jurisprudência possui entendimento consolidado quanto à aplicabilidade de cláusulas de limitação de responsabilidade em convenções de condomínio, conforme disposto no capítulo anterior.

Por outro lado, o conceito de “consumidor” é mais complexo. O artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor apresenta o conceito de forma muito aberta - “Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

Surgiram duas correntes em relação ao termo “destinatário final”, a finalista (minimalista) e a objetiva (maximalista). A teoria finalista entende que consumidor seria aquele que utiliza o produto ou serviço para suprir uma necessidade própria e não para o implemento de outra atividade negocial. A teoria maximalista entende que destinatário final é todo consumidor que adquire o produto para o seu uso, independente da destinação econômica conferida ao bem.

Ainda que, tenham existido jurisprudências dissidentes do Superior Tribunal de Justiça aplicando a teoria maximalista, a corrente majoritária entende pela aplicação da teoria finalista.<sup>136</sup> Nos últimos anos, o Superior Tribunal de Justiça superou o conceito de destinatário final, para analisar a condição do comprador através de uma leitura sistêmica com o artigo 4º, inciso I do Código de Defesa do Consumidor<sup>137</sup>. Assim, passou a conceituar como consumidores, as pessoas jurídicas que se encontram em situação de vulnerabilidade, ainda que utilizem os bens e/ou serviços adquiridos como implemento de outra atividade negocial, dando origem a teoria finalista mitigada ou aprofundada.

Esta corrente é defendida pela doutrinadora Claudia Lima Marques<sup>138</sup>, que assevera em seu livro *Contratos no Código de Defesa do Consumidor* que a pessoa jurídica e o profissional liberal serão resguardados pelo Código de Defesa do Consumidor, configurando-se como consumidores, quando demonstrarem que se encontram em situação de vulnerabilidade

---

<sup>135</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumido*, cit, p. 49.

<sup>136</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Direitos ao Consumidor*, cit., p. 25.

<sup>137</sup> Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

<sup>138</sup> MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*, cit., p. 147-148.

na negociação em questão, seja esta técnica, jurídica, econômica, contábil, fática ou socioeconômica. Nesse sentido, cita-se recente decisão do Superior Tribunal de Justiça que reitera este posicionamento:

Esta Corte firmou posicionamento no sentido de que a teoria finalista deve ser mitigada nos casos em que a pessoa física ou jurídica, embora não tecnicamente destinatária final do produto ou serviço, apresenta-se em estado de vulnerabilidade ou de submissão da prática abusiva, autorizando a aplicação das normas prevista no CDC.<sup>139</sup>

Diante do acolhimento desta corrente pelo Superior Tribunal de Justiça<sup>140</sup>, verifica-se que atualmente o direito brasileiro entende como consumidor aquele que (i) utilize os bens/serviços adquiridos para uso próprio e/ou (ii) encontre-se em uma situação de vulnerabilidade frente a negociação firmada com o fornecedor.

Ressalvado o conceito de consumidor disposto no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, a única referência ao consumidor pessoa jurídica encontra-se disposta no artigo 51, inciso I. O inciso realiza uma diferenciação entre consumidores pessoas físicas e jurídicas, prevendo que apenas é possível prever a limitação de responsabilidade do fornecedor quando o consumidor for pessoa jurídica.

Assim, verifica-se que a legislação pátria realiza uma gradação ao nível de proteção a depender do nível de vulnerabilidade das partes envolvidas:

a) Consumidor pessoa física, merecendo uma proteção mais intensa;

<sup>139</sup> STJ. Segunda Seção, AgInt no CC 146.868/ES, Rel. Min. Moura Ribeiro, j. em 22/03/2017, DJe 24/03/2017.

<sup>140</sup> “Precedentes: AgRg no AREsp 601234/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 21/05/2015; AgRg no AREsp 415244/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 19/05/2015; REsp 567192/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 29/10/2014; AgRg no REsp 1321083/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 25/09/2014; AgRg no AREsp 426563/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 12/06/2014; AgRg no REsp 1413889/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/05/2014; AgRg no AREsp 439263/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 04/04/2014; EDcl no AREsp 265845/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 01/08/2013; AREsp 588646/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra ISABEL GALLOTTI, julgado em 03/06/2015, DJe 15/06/2015; REsp 1500994/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 06/03/2015, DJe 10/04/2015.” Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência em Teses: Código de Defesa do Consumidor. ed. 39, Brasília, 2015. Disponível em <  
[http://www.stj.jus.br/internet\\_docs/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprud%EAncia%20em%20teses%2039%20-%20CONSUMIDOR%20I.pdf](http://www.stj.jus.br/internet_docs/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprud%EAncia%20em%20teses%2039%20-%20CONSUMIDOR%20I.pdf)> Acesso em 22/10/2017.

- b) Consumidor pessoa jurídica, que merece a proteção legal, porém são admitidas determinadas condições, como a limitação de responsabilidade em casos justificáveis;
- c) Contratante fora de uma relação de consumo, porém sujeito à condição de mero aderente a condições estipuladas pela outra parte; e
- d) Partes que negociam livremente as condições contratuais e, mesmo assim, merecem proteção contra o abuso de direito. A cada hipótese corresponde a certo nível de tutela legislativa, e isso determina, igualmente o modo pelo qual a cláusula de limitação e exoneração de responsabilidade devam ser interpretadas.<sup>141</sup>

Após a apresentação destes conceitos, esclarece-se que este estudo se deterá a aplicação do direito consumerista em relações negociais entre pessoas jurídicas. Passa-se a análise da doutrina e do processo legislativo do Código de Defesa do Consumidor, visando verificar de que forma se dará a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade a consumidores pessoas jurídicas.

### 3.1 Aplicação aos consumidores pessoas jurídicas

O Código de Defesa do Consumidor estabelece que é nula a estipulação de qualquer cláusula que restrinja a indenização devida pelo fornecedor quando aplicada a consumidores pessoas físicas e prevê a validade da convenção de cláusulas que limitem a responsabilidade do fornecedor frente a consumidores pessoas jurídicas, desde que verificada uma “situação justificável” à sua aplicação.

Em outros termos, o Código de Defesa do Consumidor trouxe no artigo 51, inciso I a possibilidade de prever em contratos firmados com consumidores pessoas jurídicas a limitação do valor da indenização devida pelo fornecedor. Este tópico objetiva analisar os requisitos para a previsão da limitação da indenização, as formas pelas quais pode ser estipulada e o seu alcance.

O artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor ao indicar previsões que “impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor” refere-se às cláusulas de limitação de responsabilidade, que são definidas como “convenções pelas quais as partes, em certos termos, previamente à ocorrência de um dano, excluem o dever de indenizar ou

---

<sup>141</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p.189

estabelecem limites, fixos ou variáveis, ao valor da indenização”<sup>142</sup>, conforme exposto no capítulo anterior.

O inciso I dispõe que são nulas as cláusulas que:

impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis

Verifica-se que o inciso diferencia as previsões que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios nos bens comercializados e impliquem renúncia ou disposição de direitos, daquelas que limitam a indenização.

As previsões contratuais que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios nos bens comercializados e impliquem renúncia ou disposição de direitos são vedadas em relações negociais consumeristas, inexistindo diferenciação entre consumidores pessoas física ou jurídica.

Enquanto que, é possível a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade com consumidores pessoas jurídicas, desde que estas apenas limitem a indenização, não sendo possível a previsão de exoneração do dever de indenizar<sup>143</sup>.

Além da restrição às modalidades de cláusula de limitação de responsabilidade aplicáveis às relações de consumo, a doutrina majoritária entende que a cláusula somente pode ser prevista em relação a vícios dos produtos/serviços, não sendo aplicáveis a indenizações decorrentes de fatos do produto/serviço.

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, integrante desta corrente, argumenta que o Código de Defesa do Consumidor encontra-se dividido em duas partes, acidentes de consumo (artigos 12 a 17) e a responsabilidade por vícios (artigo 18 a 26). Nesta toada, o artigo 51, inciso I refere-se à indenização por vícios de produtos/serviços, enquanto que o artigo 25 trata da vedação à limitação de responsabilidade em decorrência de acidentes de consumo. Na sua interpretação, a previsão de cláusulas limitando a indenização por danos decorrentes de acidentes de consumo seria nula.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 112-113.

<sup>143</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, cit., p. 583.

<sup>144</sup> SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor*, cit., p. 353.



No mesmo sentido, a doutrina atualizada de José de Aguiar Dias, entende que o artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor complementa a proibição disposta no artigo 25 do mesmo código, concluindo pela nulidade de previsões contratuais que limitem a indenização por danos decorrentes de fatos dos produtos/serviços.<sup>145</sup>

Ademais, os doutrinadores consumeristas entendem que a cláusula de limitação de responsabilidade encontra-se restrita às responsabilizações decorrentes de contratos, não sendo possível abarcar na limitação disposta na cláusula responsabilizações extracontratuais.

Fundamentam que o pactuado pelas partes deve alcançar apenas os limites estritos do contrato e alegam que tribunais brasileiros já eram contrários à aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade a questões extracontratuais antes da promulgação do Código de Defesa do Consumidor.<sup>146</sup>

A partir da análise dos fundamentos apresentados por esta corrente, verifica-se que estes não apresentam embasamento próprio do direito consumerista que vede a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade a danos extracontratuais. Conforme apresentado no capítulo anterior, entende-se que inexistente vedação à aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade a responsabilizações extracontratuais, desde que estas estejam vinculadas ao cumprimento das obrigações assumidas contratualmente.

Isto porque, como já apresentado, a cláusula de limitação de responsabilidade objetiva a alocação dos riscos da negociação entre as partes, para que seja efetiva, esta deve englobar todos as responsabilizações envolvidas no cumprimento do contrato.

Diante do exposto, conclui-se que (i) a cláusula de limitação de responsabilidade só pode ser prevista em contratos consumeristas quando tratar-se de consumidor pessoa jurídica. Além dos requisitos dispostos no capítulo anterior, (ii) a cláusula somente pode prever a limitação da indenização, não sendo possível a exoneração do dever de indenizar do fornecedor.

Com base na leitura sistemática do Código de Defesa do Consumidor verifica-se que (iii) a cláusula apenas se aplica a responsabilizações decorrentes de vícios de produtos/serviços comercializados, não sendo possível a sua aplicação quando a responsabilização decorrer de fatos do produto/serviço.

As discussões quanto à aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade em responsabilizações extracontratuais se mantêm no direito consumerista, neste ponto reitera-se o posicionamento apresentado no item 2.1.3; (iv) a cláusula de limitação de responsabilidade é

---

<sup>145</sup> DIAS, José de Aguiar. *Cláusula de não-indenizar*. cit., p. 908.

<sup>146</sup> MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*, cit., p. 1099.

aplicável a responsabilizações extracontratuais, desde que vinculada aos bens/serviços comercializados.

Por fim, o inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que a cláusula somente poderá ser prevista em (v) situações justificáveis, ponto que será tratado no próximo tópico.

Ainda que a estipulação dos limites da aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade nos contratos com consumidores pessoas jurídicas mostre-se de suma importância para garantir a proteção de consumidor, não foram encontradas decisões que ultrapassem a identificação do tipo de consumidor (pessoa física ou jurídica) e análise da configuração de situação que justifique a previsão da cláusula.

As decisões deixam de analisar a modalidade da cláusula prevista contratualmente (limitativa ou exoneratória de responsabilidade), assim como a natureza do dano cuja a cláusula de limitação de responsabilidade será aplicada.

Esclarecidos os pontos acima, passa-se à análise da última disposição do inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor – “situações justificáveis” – que se configura como um conceito indeterminado que restringe a aplicação de cláusulas de limitação de responsabilidade.

### **3.1.1 Situações justificáveis – Análise doutrinária**

A estipulação de cláusula de limitação de responsabilidade em contratos com consumidores pessoas jurídicas exige a configuração de situação que justifique a sua previsão. A verificação da existência de justificativa para a convenção da cláusula deverá ser realizada pelo judiciário, visto que, a previsão legal disposta no inciso I do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor configura-se como um conceito aberto<sup>147</sup>.

Diferentemente das outras disposições de cláusulas abusivas previstas no artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, a doutrina entende que a cláusula de limitação de responsabilidade em contratos com consumidores pessoas jurídicas configura-se como relativamente nula.

---

<sup>147</sup> “Segundo observam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, ‘fica ao juiz a tarefa de dizer quando a situação justifica a limitação da responsabilidade civil do fornecedor. O caso concreto é que vai ensejar ao magistrado a integração desse *conceito jurídico indeterminado*’” AVELAR, Leticia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. cit. p. 114.

Isto é, a possibilidade de aplicação da cláusula deverá ser verificada casuisticamente<sup>148</sup>, considerando o contexto global do contrato, determinando ao fim se é ou não abusiva.<sup>149</sup> Assim, para verificar a validade da cláusula de limitação de responsabilidade o magistrado deverá atribuir uma definição ao termo “situações justificáveis”.

A inserção do termo “situações justificáveis” na disposição legal traz certa insegurança à estipulação de cláusulas de limitação de responsabilidade pelo mercado, tendo em vista a dificuldade de o intérprete verificar a qual caso específico a legislação consumerista se refere ao prescrever essa limitação de responsabilidade em situações justificáveis<sup>150</sup>.

Diante da disposição expressa da possibilidade ser prevista cláusula de limitação de responsabilidade em relações de consumo com pessoas jurídicas, identifica-se duas correntes doutrinárias quanto à conceituação do termo “situações justificáveis”. A primeira entende que a configuração da situação justificável está relacionada ao objeto e a forma de negociação do contrato; enquanto que, a corrente majoritária entende que a previsão da cláusula se justificaria através da verificação da concessão de benefícios ao consumidor.

Rizzatto Nunes<sup>151</sup> filia-se à primeira corrente, apresentando no seu livro *Curso de Direito do Consumidor* critérios para que a previsão da cláusula se justifique. Segundo a fundamentação apresentada em seu livro, o legislador teria inserido a possibilidade da previsão da cláusula de limitação de responsabilidade em contratos com consumidores pessoas jurídicas porque os produtos/serviços podem ser adquiridos para agregar a produção de outros bens.

Frente a esta fundamentação, Rizzatto Nunes estabelece dois requisitos para que a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade se justifique, e, portanto, cumpra a sua

<sup>148</sup> “Em suma, as “situações justificáveis” somente poderão ser verificadas pela experiência e análise dos casos específicos.” FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p.198

<sup>149</sup> “O mesmo se pode dizer da parte final do inciso I do art. 51 que prevê a limitação da indenização a situações justificáveis para pessoa jurídica consumidora. Apenas no caso concreto e, a partir de uma análise global do contrato, de seu objeto e natureza, do contexto em que foi celebrado, etc., é que se poderá aferir se a cláusula limitativa estipulada é ou não abusiva; se foi ou não inserida em situação justificável.” MAGALHÃES DIAS, Lucia Ancona Lopez de. Um Estudo das Cláusulas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil de 2002. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 4, p. 383-418, abr. 2011, p. 13.

<sup>150</sup> BULGARELLI, Waldirio. *Questões contratuais no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 1993, p. 49.

<sup>151</sup> “Conforme se verá quando de nossa análise do caput do art. 25, em necessária consonância com o inciso I do art. 51, a exceção legal de permissão para fixação de cláusula contratual limitadora do dever de indenizar pressupõe duas hipóteses para o atingimento de sua finalidade: a) que o tipo de operação de venda e compra de produto ou serviço seja especial, fora do padrão regular de consumo; b) que a qualidade de consumidor pessoa jurídica, por sua vez, também justifique uma negociação prévia de cláusula contratual limitadora.” NUNES, Rizzatto. *Curso de direito do consumidor*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 128.

finalidade. O primeiro requisito é que a operação de venda ou serviço seja especial, destoe do padrão regular do mercado; somado ao requisito da qualidade do consumidor pessoa jurídica.

Em relação ao segundo requisito, Rizzatto Nunes esclarece que a qualidade do consumidor pessoa jurídica pode ser demonstrada através do poder econômico, que permita a negociação da cláusula de limitação de responsabilidade, e pela existência de corpo jurídico próprio.<sup>152</sup>

Ao analisar os requisitos de configuração de “situações justificáveis” estabelecidos por Rizzatto Nunes, Wanderley Fernandes acolhe o primeiro, entendendo que a cláusula de limitação de responsabilidade poderá ser prevista quando a negociação destoe da prática do mercado, porém, atenua o segundo requisito, entendendo que bastaria a comprovação de que houve a negociação entre as partes acerca dos termos do contrato.

Wanderley Fernandes entende que o tamanho da empresa não impede que esta seja diligente, analise e negocie os termos do contrato, ainda que não possua corpo ou consultor jurídico, portanto, ao seu ver, este critério deve ser analisado casuisticamente, verificando se houve negociação quanto aos termos do contrato.<sup>153</sup>

Em contraponto ao conceito de “situações justificáveis” apresentado por Rizzatto Nunes, a doutrina consumerista majoritária, com destaque a Nelson Nery Junior no livro Código Brasileiro de Defesa ao Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto, vincula o termo indefinido “situações justificáveis” a um viés econômico do contrato.

Nesse sentido, Nelson Nery entende que a validade da cláusula de limitação de responsabilidade encontra-se vinculada ao custo-benefício de sua estipulação. Consequentemente, comprovada que a previsão da cláusula gerou benefícios financeiros ao consumidor pessoa jurídica, a sua previsão encontra-se justificada. Colaciona-se abaixo o trecho em que aborda a validade da previsão da cláusula:

Quando, por exemplo, determinada indústria vende um computador de médio para grande porte a consumidor-pessoa jurídica, pode ser que seja razoável estabelecer-se limitação da responsabilidade civil do fornecedor, desde que seja observado o *critério de proporcionalidade* entre custo-benefício.

---

<sup>152</sup> “Conforme se verá quando de nossa análise do caput do art. 25, em necessária consonância com o inciso I do art. 51, a exceção legal de permissão para fixação de cláusula contratual limitadora do dever de indenizar pressupõe duas hipóteses para o atingimento de sua finalidade: a) que o tipo de operação de venda e compra de produto ou serviço seja especial, fora do padrão regular de consumo; b) que a qualidade de consumidor pessoa jurídica, por sua vez, também justifique uma negociação prévia de cláusula contratual limitadora.” NUNES, Rizzatto. *Curso de direito do consumidor*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 128.

<sup>153</sup> FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 418.

Havendo desproporção entre as prestações a cargo do fornecedor e do consumidor-pessoa jurídica, não é de ter-se como válida a cláusula limitativa de responsabilidade civil”<sup>154</sup>

Do mesmo modo, Leonardo de Medeiros Garcia entende que o fato que deve ser analisado quando da verificação da configuração da “situação justificável” é o equilíbrio entre as obrigações assumidas pelas partes, adicionando ao conceito a exigência de que as partes devem negociar previamente a estipulação da cláusula, neste ponto, alega que a negociação prévia geralmente ocorre quando o consumidor pessoa jurídica possui um corpo jurídico próprio.<sup>155</sup>

A partir da análise do processo legislativo do Código de Direito do Consumidor, afere-se que a justificativa para a previsão da excepcionalidade aos consumidores pessoas jurídicas coaduna com a segunda corrente.

A possibilidade de limitação de responsabilidade em contratos firmados com consumidores pessoas jurídicas foi inserida através de uma emenda em plenária, a justificativa para a inclusão da disposição possui dois fundamentos, o primeiro dispõe que a impossibilidade de limitar a responsabilidade do fornecedor inviabilizaria a realização de determinados negócios e o segundo argumento indica que a proibição poderia causar um aumento substancial no valor pago pelo consumidor pelo produto/serviço. Transcreve-se abaixo a justificativa para a emenda:

A modificação proposta se impõe porque em vários segmentos econômicos a adoção contratual de **limitação da responsabilidade do fornecedor é imperiosa para a viabilização do próprio negócio, no interesse do consumidor.**

Exemplo disso são as aquisições de bens de grande porte (turbinas, hidrelétricas, motores de alta potência, etc.) em que os riscos por eventuais defeitos em seu funcionamento são partilhados entre compradores, vendedores, estipulando-se uma limitação de responsabilidade e em consequência do montante do ressarcimento.

---

<sup>154</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, cit., p. 584.

<sup>155</sup> “Para que se possa aceitar a limitação de responsabilidade, deverá o consumidor pessoa jurídica participar da negociação prévia da cláusula limitadora (geralmente uma pessoa jurídica de porte que tenha um corpo jurídico que possa analisar os riscos), já que ninguém aceita uma limitação se não receber algo em troca (preço melhor, maior garantia, maior prazo para pagamento etc.). Assim, deverá o juiz ter muita cautela no momento de analisar o que sejam “*situações justificáveis*”, devendo, sobretudo, observar de não foi rompido o equilíbrio contratual.” GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: Código Comentado e Jurisprudência*. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2012, p.369.

De outra forma se inviabilizaria a realização do negócio **uma vez que o preço a ser pago pelo consumidor seria substancialmente aumentado em função do risco assumido pelo fabricante/vendedor.**<sup>156</sup> (grifou-se)

Extrai-se da justificativa que a possibilidade de estipular a cláusula de limitação de responsabilidade com consumidores pessoas jurídicas possui o viés econômico de diminuir custos do produto/serviço, através da alocação dos riscos da negociação, visando o benefício do consumidor. A justificativa descrita acima, coaduna perfeitamente com o objetivo da cláusula de limitação de responsabilidade, conforme apresentado no capítulo anterior.

O texto disposto no processo legislativo do Código de Defesa do Consumidor esclarece que o objetivo da inserção é não criar entraves ao mercado, mas sim permitir que as transações realizadas no âmbito do direito do consumidor prevejam cláusulas que favoreçam ambas as partes contratantes - consumidor e fornecedor.

Para viabilizar o controle sobre este tipo de previsão, o legislador inseriu o conceito indefinido “situações justificáveis”, que na primeira redação era acompanhado da previsão “a critério do juiz”, cuja exclusão não se encontra documentalmente prevista. Portanto, extrai-se que o juiz deverá através de critérios objetivos verificar se a inserção desta previsão no contrato consumerista se justifica.

Analisados os conceitos de “situações justificáveis” apresentados pelos doutrinadores consumeristas e o processo legislativo do Código de Defesa do Consumidor, acolhe-se o conceito trazido pela segunda corrente. Entende-se que o critério para caracterização do conceito indeterminado “situação justificável” é a verificação de que, no caso concreto em que a cláusula de limitação de responsabilidade foi inserida, o consumidor pessoa jurídica foi beneficiado economicamente pela sua previsão, de forma a compensar os riscos assumidos.

Ainda, entende-se que não é necessário para demonstrar a qualidade do consumidor pessoa jurídica, existência de corpo jurídico próprio ou realização de negociações prévias, mas sim a concessão de benefícios econômicos ao consumidor. A declaração de nulidade da cláusula de limitação de responsabilidade após a comprovação dos benefícios econômicos auferidos pelo consumidor ensejará o desequilíbrio contratual, lesando o fornecedor e configurando o enriquecimento sem causa do consumidor, que é vedado pelo artigo 884 do Código Civil<sup>157</sup>.

---

<sup>156</sup> **Dossiê de Tramitação do Código de Defesa do Consumidor.** 1990. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106768>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

<sup>157</sup> Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Por fim, dispõe-se que este entendimento se encontra em consonância com os princípios do Código de Defesa do Consumidor. Isto porque, o Código de Defesa do Consumidor prevê no artigo 1º que suas disposições estabelecem normas de defesa do consumidor e de interesse social.

O Código de Defesa do Consumidor, além de proteger o consumidor, objetiva o desenvolvimento econômico e tecnológico dos fornecedores. O estabelecimento de cláusulas de limitação de responsabilidade nos termos dispostos acima coaduna com o interesse social de melhorar as condições de comercialização<sup>158</sup>, favorecendo tanto os consumidores quanto os fornecedores, bem como não se configura como uma lesão aos consumidores, que assumem os riscos da negociação mediante contraprestações financeiras.

### **3.1.2 Situações justificáveis – Análise Jurisprudencial**

Apresentado o conceito doutrinário concedido ao termo “situações justificáveis”, passa-se à análise de decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Superior Tribunal de Justiça referentes à aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade a consumidores pessoas jurídicas.

Ainda que haja previsão expressa no Código de Defesa do Consumidor possibilitando a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade em determinadas situações, existem diversas decisões nestes tribunais que se afastam da análise da configuração das “situações justificáveis” declarando a sua nulidade sem apresentar fundamentação para tanto<sup>159</sup> ou através de outros artigos do Código de Defesa do Consumidor<sup>160</sup>.

Há decisões que reconhecem a existência da previsão disposta no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor, porém desta comumente declaram nula a previsão, sem

---

<sup>158</sup> “Quando se pensa em Órgão de Defesa do Consumidor, avulta desde logo a ideia imediata de que a sua atuação será sempre em desfavor dos fornecedores. Todavia, de acordo com o Código em comento, esses órgãos, além de terem de defender os direitos dos consumidores, têm também o dever de compatibiliza-los com o desenvolvimento econômico e tecnológico, promovido pelos fornecedores de produtos e serviços, especialmente à luz do que dispõe o art. 170 da CF /88. E isso porque quem mais ganha com o desenvolvimento da indústria é o próprio consumidor, que pode adquirir e usufruir de produtos de última geração e serviços cada vez mais eficientes.” FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil - 4 Contratos: Teoria Geral e Contratos em Espécie*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 24.

<sup>159</sup> TJSP. 33ª Câmara de Direito Privado, AC nº 992.09.077112-4. Rel. Des. Matheus Fontes. j. em 14/09/2009. DJe 07/10/2009.

<sup>160</sup> TJSP. AC nº 1007860-93.2014.8.26.0309. Rel. Des. Carmem Lúcia da Silva. j. em 06/06/2007. DJe 06/10/2017.

adentrar no conceito de situações justificáveis. A título de exemplo, citam-se as decisões proferidas no Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos nº 1068066-55.2013.8.26.0100<sup>161</sup>, que declara a nulidade da cláusula dispondo que esta “não é justificável nem proporcional, porque a ré deveria garantir a alta qualidade dos serviços contratados” e nos autos nº 9065139-48.1997.8.26.0000, em que os julgadores entenderam que o contrato não previa nenhuma justificação para a redução ou limitação do valor indenizatório.

A partir dos critérios de busca utilizados, foram identificadas apenas duas decisões que analisaram o conceito do termo “situações justificáveis” para a verificação da validade da estipulação de cláusulas de limitação de responsabilidade com consumidor pessoa jurídica. Abaixo apresenta-se a análise destas decisões.

### 3.1.2.1 O consumidor de serviços bancários

Em processo do Tribunal de Justiça de São Paulo foi analisado o conceito de “situação justificável” para verificação da possibilidade de aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade. Para contextualização, esclarece-se que os autos se referem a uma ação de indenização proposta por uma pessoa jurídica contra um banco, em razão da lista de pagamentos encaminhada ao banco ter sido adulterada por um de seus funcionários, ocasionando a realização de diversos pagamentos indevidos.

O autor argumenta que os erros, e consequentemente, o desfalque financeiro, ocorreram em razão de diversos atos negligentes do banco. Em sede de apelação<sup>162</sup>, os pedidos foram julgados procedentes, condenando o banco a pagar os valores indevidamente transferidos, com a ressalva de um voto vencido que não reconhecia a responsabilidade do banco. Destaca-se que, a decisão indica que o contrato possuía cláusulas restritivas de direitos sem o destaque gráfico exigido pelo Código de Defesa do Consumidor.

Em decorrência do voto divergente, o banco interpôs embargos infringentes. No julgamento dos embargos<sup>163</sup> arguiu-se novo argumento, qual seja, a aplicabilidade de cláusula de limitação de responsabilidade, limitando a indenização à metade do valor. Porém, a decisão

---

<sup>161</sup> TJSP. 18ª Câmara de Direito Privado, AC nº 1068066-55.2013.8.26.0100. Rel. Des. Silvia Rocha. j. em 02/08/2017. DJe 03/08/2017.

<sup>162</sup> TJSP. Terceira Câmara de Direito Privado, AC nº 0078218-82.1999.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Roberto Gonçalves. j. em 08/02/2000. DJe 24/02/2000.

<sup>163</sup> TJSP. Terceira Câmara de Direito Privado, EI nº 0078218-82.1999.8.26.0000. Rel. Des. Waldemar Nogueira Filho. j. em 08/10/2000.



concluiu que a referida cláusula não foi acordada entre as partes, e ainda que tivesse sido, esta somente seria aplicável frente a situações justificáveis.

A decisão expõe o conceito de “situações justificáveis” apresentado pelo doutrinador Luiz Antônio Rizzatto Nunes, conforme disposto no tópico acima. Concluindo que, na eventualidade do contrato ter previsto a cláusula de limitação de responsabilidade, esta não seria aplicável, pois não se verifica a existência do primeiro pressuposto apresentado Luiz Antônio Rizzatto Nunes - a operação seja especial e destoe do padrão do mercado – visto que, os serviços objeto da lide são comumente prestados pelos bancos.

Por outro lado, o voto vencido dos Embargos Infringentes entende que o termo “situações justificáveis” disposto no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor não se refere à cláusula de limitação de responsabilidade, mas sim deve ser interpretado no sentido de atenuar a responsabilidade do fornecedor conforme o grau de responsabilidade do consumidor pessoa jurídica no evento danoso.

Frente ao resumo das decisões do processo, passa-se à análise. Primeiramente, entende-se que não há fundamento para a suposta mensuração de culpa disposta pelo voto vencido dos embargos infringentes, isto porque, o artigo 14, inciso II<sup>164</sup> do Código de Defesa do Consumidor dispõe acerca da responsabilidade objetiva do fornecedor, que poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva do consumidor, inexistindo possibilidade de exoneração parcial da responsabilidade do fornecedor.

Esclarecido este ponto, passa-se à análise da aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade. Conforme já apresentado, discorda-se do conceito de “situações justificáveis” apresentado por Luiz Antônio Rizzatto Nunes, entende-se que a aplicação da cláusula no caso apresentado nos autos seria justificável se o banco comprovasse que a previsão da cláusula acarreta na minoração dos custos da prestação dos serviços, viabilizando o valor cobrado pelas operações financeiras realizadas.

Porém, esta questão não chega a ser analisada, tendo em vista a inexistência de cláusula de limitação de responsabilidade no contrato firmado entre as partes. E ainda que tivesse sido prevista contratualmente, caso esta não estivesse destacada, como é o caso das outras cláusulas restritivas de direito (informação extraída do acordão da apelação), não estaria cumprido o

---

<sup>164</sup> Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

requisito formal para a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade em relação de consumo.

Por fim, pondera-se que a prestação dos serviços de transferência bancária pelo banco, sem que a folha onde contavam os dados bancários estivesse assinada pelo representante da cliente poderia configurar culpa grave, afastando a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade, em decorrência da aplicação dos requisitos gerais de validade da cláusula.

### 3.1.2.2 O consumidor do sistema de rastreamento de veículos

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina<sup>165</sup> analisou a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade prevista em um contrato de prestação de serviços de rastreamento de veículo. No caso apresentado aos autos, a autora, que se configura como consumidora pessoa jurídica, teve seu veículo roubado e o equipamento de rastreamento, instalado pelo fornecedor, foi desinstalado do veículo pelos criminosos. Frente a esta situação, a autora requereu a condenação à indenização, que foi julgada procedente em sede de apelação.

Em decorrência da existência de um voto divergente quanto a responsabilidade do fornecedor, foi interposto embargos infringentes, cujo julgamento reverteu parcialmente a decisão declarando aplicável a cláusula de limitação de responsabilidade firmada entre as partes, que estabelecia o quantum indenizatório máximo de 50 (cinquenta) vezes a mensalidade cobrada pela vigilância do caminhão.

A decisão fundamenta o conceito de “situação justificável” no valor pago mensalmente e no quantum indenizatório requerido pelo autor, dispondo que o fornecedor dos serviços de rastreamento não é uma companhia de seguros para ressarcir o autor do valor total do veículo vigiado.

A condenação do fornecedor à indenização pela totalidade das perdas ensejaria o desequilíbrio da relação comercial, visto que a responsabilidade pela indenização total do veículo não se encontra incluída nos riscos assumidos pelo fornecedor para o desempenho da atividade, e conseqüentemente, não foi prevista no valor pago mensalmente pela prestação dos serviços. Neste sentido a decisão dispõe que:

Assim, condenar a requerida ao pagamento de indenização no valor do veículo roubado e perdas e danos implicaria evidente enriquecimento sem causa por

---

<sup>165</sup> TJSC. Terceira Câmara, EI nº 0166663-42.2013.8.24.0000. Rel. Des. Luiz César Medeiros. j. em 20/06/2017. DJe 19/07/2017.

parte da embargada, e responsabilização da embargante por serviço por ela não ofertado e, certamente, não incluído no preço recebido e nem no risco da atividade desenvolvida.

Conforme exposto, este é o entendimento acolhido neste trabalho. Entende-se que o conceito de “situação justificável” se encontra ligado ao conceito da cláusula de limitação de responsabilidade e resta configurada quando da demonstração que os riscos assumidos pelo fornecedor são proporcionais aos custos dos serviços. Assim, a cláusula aplica-se nas relações consumeristas em que a sua previsão viabiliza a realização da negociação e os valores estabelecidos pelas partes.

Entretanto, este entendimento não foi unânime. O voto vencido entendeu que a situação não justifica a aplicação da cláusula, em razão (i) de se tratar de um contrato de adesão, não havendo espaço para a discussão da cláusula; e (ii) da desproporcionalidade entre a limitação e o valor do bem.

Quanto ao voto vencido, destaca-se que o fato do contrato ser de adesão não inviabiliza a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade, desde que esteja destacada e o aderente tenha tido ciência da mesma antes da assinatura do instrumento.

Em relação à desproporcionalidade entre a limitação de responsabilidade e o valor do bem, pondera-se que o argumento se aplica a ambas as partes, visto que a fornecedora estaria sendo responsabilizada por um valor muito superior ao que receberia durante toda a vigência do contrato.

Enquanto que, autor assume o risco de ter seu veículo roubado no desempenho de sua atividade de transporte de bens, a fornecedora não o assumiu este risco quando do estabelecimento do valor da mensalidade para o rastreamento do veículo em decorrência da previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, conforme fundamentado no voto vencedor.

Não se deve esquecer que o consumidor foi beneficiado pela previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, usufruindo de um serviço por baixos custos em decorrência da previsão de que o fornecedor teria a indenização limitada diante da ocorrência de eventuais danos.

A declaração de nulidade desta previsão ensejaria no enriquecimento sem causa do consumidor, neste caso duplamente beneficiado, pelo baixo valor da mensalidade e pelo alto montante indenizatório. Na lesão ao fornecedor, que teria que arcar com um valor indenizatório de quase 3.000 (três mil) vezes o valor da mensalidade adimplida. Bem como, acarretaria no

prejuízo ao mercado, que frente ao dever de indenizar o montante total do dano teria que elevar o valor dos serviços de monitoramento, inseridos os custos pela assunção deste risco.

Diante do exposto, reitera-se o acerto da decisão ora analisada, que defere a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade em contrato firmado com consumidor pessoa jurídica, com base no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor. Os presentes autos não transitaram em julgado, estando pendente recurso aos tribunais superiores.

### 3.1.2.3 O Caso do Roubo aos Banco

Após a apresentação do entendimento jurisprudencial quanto a aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade, merecem destaque as decisões que analisaram a disposição de cláusulas de limitação de responsabilidade ou cláusulas de limitação de uso em contratos firmados entre bancos e pessoas físicas.

Grande parte das discussões jurisprudenciais referentes à aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade, incluindo no Superior Tribunal de Justiça, decorrem de roubos a cofres privados em bancos. A situação fática comum identificada nestes casos é a contratação dos serviços de depósito de bens valiosos em cofres privados em bancos, cujo contrato prevê expressamente a limitação do valor da indenização devida em caso de perda dos bens.

As decisões avaliam sobre diferentes vieses a validade da aplicação da cláusula que limita o valor indenizatório no caso de perda de bens. Parte das decisões entendem que (i) a cláusula limita o uso dos cofres, não o valor à indenização, enquanto a outra parcela das decisões (ii) reconhece a cláusula como uma cláusula de limitação de responsabilidade e a declara nula, com base no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor<sup>166</sup>.

Não foi possível verificar grandes diferenças entre as cláusulas entendidas como limitativas de uso e as cláusulas de limitação de responsabilidade, visto que as supostas cláusulas limitativas de uso não vedam que seja guardado no cofre valores superiores aos estabelecidos contratualmente, apenas dispõem que o banco se responsabiliza apenas pelo valor indicado no contrato, e consequentemente, no caso de perda a indenização estaria limitada ao valor previsto no contrato.

Nos julgados em que o Tribunal interpretou a cláusula como limitativa de uso, esta foi julgada como válida sob o fundamento de que garantiria o equilíbrio financeiro do contrato. Isto

---

<sup>166</sup> TJSP. 19ª Câmara de Direito Privado, AC nº 0136029-34.2012.8.26.0100. Rel. Sebastião Junqueira. j. em 04 de julho de 2016. DJe 14/07/2016.

é, a limitação ao uso permitiria ao banco mensurar os riscos incidentes sobre a negociação, e consequentemente, os custos pela utilização do cofre. Este entendimento é majoritário tanto no Tribunal de Justiça de São Paulo<sup>167</sup> quanto no Superior Tribunal de Justiça<sup>168</sup>.

A partir dos relatórios dos autos e da fundamentação da validade da cláusula de “limitação de uso”, extrai-se que a previsão da cláusula permite ao banco a limitação do valor devido em caso de uma eventual reparação, viabilizando o montante cobrado pelo aluguel do cofre.

Fundamentou a indeterminação do valor devido pelo banco aumentaria significativamente o montante pago pelos cofres, pois este assumiria um risco praticamente imensurável que refletiria diretamente no valor pago pelos clientes.

Como já apresentado neste trabalho, este é o objetivo da cláusula de limitação de responsabilidade, qual seja, alocar os riscos da negociação, equilibrando as obrigações assumidas pelas partes, para viabilizar a realização do negócio.

Diante do exposto, entende-se que a denominada cláusula de limitação de uso, conceitualmente configura-se como uma modalidade de cláusula de limitação de responsabilidade.

Assim, a interpretação da cláusula prevista nos contratos de cofres privados em instituições bancárias como limitativa de uso, não como uma cláusula de limitação de responsabilidade, configura-se como uma saída encontrada pelo judiciário para viabilizar a limitação do valor da indenização, afastando a vedação disposta no artigo 51, inciso I do Código de Defesa do Consumidor.

### 3.2 Requisitos de validade no âmbito consumerista

O Código de Defesa do Consumidor, estabeleceu requisitos específicos para a validade das cláusulas contratuais, estas exigências especiais visam proteger o consumidor frente às abusividades do mercado, complementando o rol de cláusulas abusivas disposto no artigo 51. Portanto, além dos requisitos próprios da cláusula de limitação de responsabilidade dispostos

---

<sup>167</sup> TJSP. 13ª Câmara de Direito Privado, Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0214858-63.2011.8.26.0100. Rel. Des. Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca. j. em 21/10/2015, DJe 26/10/2015.

<sup>168</sup> STJ. Terceira Turma, REsp nº 1163137/SP. Rel. Min. Massami Uyeda. j. em 14/12/2010, DJe 02/02/2011.

no capítulo anterior, para a previsão da cláusula em contratos consumeristas deve estar demonstrado o cumprimento dos requisitos próprios do Código de Defesa do Consumidor.

Dentre os princípios que embasam o direito do consumidor, destaca-se o princípio do direito à transparência na relação de consumo, que se encontra intimamente ligado ao dever de informar e ao direito à informação, previstos no artigo 6º, inciso III do Código de Defesa do Consumidor.

Para a efetivação deste direito, o artigo 46 do Código de Defesa do Consumidor prevê que “as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance”.

Este artigo deve ser lido em conjunto com o parágrafo 3º do artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece “Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.”

A estipulação de contratos consumeristas exige que o consumidor tenha conhecimento prévio aos termos do contrato, assim o fornecedor deve encaminhar o contrato ou deixá-lo disponível aos consumidores, possibilitando que este analise os seus termos de forma prévia à assinatura, tomando conhecimento do seu conteúdo, incluindo direitos, deveres e eventuais penalidades por inadimplemento.

Além disso, os termos do contrato devem viabilizar que o consumidor, sem a assistência de um consultor jurídico, compreenda as previsões, bem como o alcance destas. Para facilitar a interpretação, recomenda-se que o fornecedor utilize linguagem direta, evite a utilização de termos linguísticos muito elevados, expressões técnicas não usuais e palavras em outros idiomas.<sup>169</sup>

Estas disposições permitem que o consumidor reflita sobre as previsões do contrato, ponderando os ônus e benefícios de sua pactuação. Além disso, a disposição das obrigações de forma clara e concisa é de suma importância ao fornecedor, isso porque, as cláusulas contratuais sempre serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor<sup>170</sup>.

No que diz respeito à cláusula de limitação de responsabilidade, entende-se que, por configurar-se como uma limitação aos direitos do consumidor, esta deve estar redigidas com

---

<sup>169</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, cit., p.557

<sup>170</sup> Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

destaque gráfico<sup>171</sup>, permitindo a rápida identificação no contrato, conforme disposto no artigo 54, §4º<sup>172</sup>.

A obrigação de destacar as cláusulas limitativas de direitos do consumidor e que se configurem como desvantagem ao aderente visa conceder maior importância ao dever de o fornecedor informar ao consumidor sobre o conteúdo do contrato. Portanto, em nome da boa-fé, o fornecedor deve chamar a atenção do consumidor para as estipulações que lhe sejam desvantajosas.

Conclui-se que, no microssistema das relações de consumo, os contratos que estipulem cláusula de limitação de responsabilidade, devem ser disponibilizados previamente aos consumidores pessoas jurídicas, bem como a cláusula deverá estar redigida de forma clara e destacada, permitindo a sua interpretação por um cidadão que não esteja inserido no meio jurídico ou acadêmico.

### 3.3 Consequências da valoração judicial – “Situação Justificável”

Conforme apresentado acima, a cláusula de limitação de responsabilidade prevista em contratos com consumidores pessoas jurídicas não se configura como nula. Arguida a sua nulidade frente ao judiciário, deve ser analisado pelo magistrado (i) o cumprimento dos requisitos gerais de validade da cláusula de limitação de responsabilidade; (ii) os requisitos formais para a estipulação da cláusula, previstos no Código de Defesa do Consumidor, e por fim, (iii) a configuração de situação que justifique a previsão da cláusula.

Frente à declaração de nulidade da previsão da cláusula pelo judiciário, deve-se ponderar os reflexos desta decisão no contrato. Isto é, permanecerá vigente ou quando da decisão dar-se-á por rescindido.

---

<sup>171</sup> No Brasil, considerando-se que a cláusula de limitação de responsabilidade é admitida nas relações de consumo em que o consumidor seja pessoa jurídica, a exigência de destaque é proveniente do disposto no §4º do art. 54 do Código de Defesa do Consumidor. FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*, cit., p. 298.

<sup>172</sup> Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

O Código de Defesa do Consumidor tem como um de seus princípios balizadores o princípio da conservação do contrato, que se encontra positivado no artigo 51, §2º<sup>173</sup>. O artigo dispõe que a declaração de nulidade de uma cláusula abusiva não invalida o contrato, ressalvado quando a ausência da previsão acarretar ônus excessivo a qualquer das partes. Assim, em regra o contrato permanecerá válido, exceto que se demonstre que a retirada da cláusula gerará um desequilíbrio entre as partes.<sup>174</sup>

A partir da análise da aplicação deste artigo, quando da declaração de nulidade da cláusula de limitação de responsabilidade, depreende-se que a natureza da cláusula impede que o contrato permaneça vigente após a declaração de sua nulidade. Reitera-se que a cláusula de limitação de responsabilidade visa alocar os riscos da negociação, minorando os custos da contraprestação devida pelos bens/serviços comercializados.

Assim, a manutenção da validade do contrato após a declaração de nulidade da cláusula da limitação de responsabilidade acarretará em um desequilíbrio entre o valor auferido pelos serviços/bens comercializados e os riscos assumidos pelo fornecedor, podendo enquadrar-se na exceção prevista ao princípio da preservação dos contratos consumeristas. Ressalvado o caso de a cláusula ser declarada inválida em decorrência da ausência de contraprestação ao consumidor pela previsão de mesma.

### 3.4 Considerações finais

Em termos gerais, a legislação consumerista permite a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade, desde que cumpridos certos requisitos próprios do microssistema do direito do consumidor.

A estipulação de cláusulas de limitação de responsabilidade somente pode ser prevista em contratos firmados com consumidores pessoas jurídicas, sendo possível apenas limitação da indenização devida por lesões decorrentes de vícios dos produtos/serviços comercializados, sendo vedada exclusão do dever de indenizar e a restrição à indenização no caso de danos decorrentes lesões configuradas como fato do produto/serviço. Por fim, a estipulação da cláusula exige a verificação de que a situação justifica sua previsão.

---

<sup>173</sup> A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

<sup>174</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, cit., p.601.



Percebe-se que tanto a doutrina quando a jurisprudência possui receio na previsão da cláusula de limitação de responsabilidade em contratos consumeristas, em decorrência da preocupação que a sua estipulação contratual prejudique o consumidor. Neste ponto, reitera-se que a correta previsão da cláusula de limitação de responsabilidade favorece economicamente os consumidores.

Diante da escassa jurisprudência e bibliografia acerca do conceito de situações justificáveis, a determinação de sua definição mostra-se prejudicada. Entretanto, com base no material angariado, com destaque ao dossiê do processo legislativo do Código de Defesa do Consumidor, conclui-se que o termo “situações justificáveis” refere-se às situações em que reste demonstrado que o consumidor pessoa jurídica foi economicamente beneficiado pela limitação do direito à indenização, de forma proporcional aos riscos assumidos.

Além dos requisitos materiais para a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade, verifica-se que, no âmbito do direito consumerista, a cláusula deverá estar em destaque gráfico e ser redigida de forma a permitir que qualquer cidadão, sem conhecimento jurídicos, consiga compreender o seu conteúdo e alcance.

## 4 CONCLUSÃO

A cláusula de limitação de responsabilidade objetiva a alocação dos riscos de negociações entre as partes contratantes, viabilizando a diminuição dos custos da operação. A partir da previsão da cláusula, uma das partes contratantes assumirá o risco de não ser integralmente indenizada por eventual dano futuro e, em contrapartida, receberá uma diminuição no montante pago de forma proporcional aos riscos assumidos.

Ainda que não exista previsão expressa, o direito brasileiro permite a estipulação de cláusulas de limitação de responsabilidade, desde que cumpridos determinados critérios de validade. Estes são amplamente discutidos pela doutrina, que não possui um entendimento consolidado quanto às possibilidades de aplicação da cláusula e seu alcance.

Entretanto, é consenso na doutrina que a cláusula de limitação de responsabilidade pode ser invalidada quando uma das partes agir com dolo, ferir direitos personalíssimos ou quando a aplicação da cláusula violar a ordem pública e/ou o interesse social.

A jurisprudência analisada encontra-se distante deste debate doutrinário, declarando a validade ou invalidade da cláusula sem apresentar fundamentações aprofundadas sobre a matéria, inviabilizando a análise do posicionamento do Poder Judiciário quanto às situações de invalidade da aplicação da cláusula de limitação de responsabilidade no âmbito do Código Civil.

Em relação à possibilidade de prever-se cláusulas de limitação de responsabilidade nas relações consumeristas, verificou-se que a doutrina mostra receio quanto à possibilidade de limitar a indenização devida pelo fornecedor. Porém, o Código de Defesa do Consumidor, visando a proteção do mercado e o benefício do consumidor, estabeleceu no artigo 51, inciso I, a possibilidade de indenização devida no caso de vícios no produto/serviço ser limitada quando o consumidor for pessoa jurídica e a situação justifique a previsão da cláusula.

A segunda parte do inciso, que permite a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade, não é objeto de muitos estudos pela doutrina, existindo escasso material sobre o assunto. Este ponto prejudica a interpretação do artigo 51, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, que possui a previsão do conceito indeterminado “situações justificáveis”.

Frente ao material angariado, com destaque ao processo legislativo do Código de Defesa do Consumidor, conclui-se que o conceito indeterminado “situações justificáveis” possui um viés econômico, isto é, a previsão da cláusula torna-se justificável com a

demonstração de que a estipulação da limitação da indenização gerou a diminuição proporcional do valor adimplido pelo consumidor pessoa jurídica.

Verifica-se que grande parte das decisões que se confrontam com a previsão de cláusulas de limitação de responsabilidade em contratos com consumidores pessoas jurídicas tendem a declarar a sua nulidade, sem adentrar no conceito do termo “situações justificáveis”, bem como na análise da configuração destas situações.

O escasso número de decisões conceituando o termo “situações justificáveis”, disposto no artigo 51, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, inviabiliza verificação da interpretação concedida pela jurisprudência brasileira a este termo. Assim, após mais de 25 (vinte e cinco) anos da promulgação do Código de Defesa do Consumidor, a jurisprudência ainda não possui interpretação firmada sobre o alcance da previsão que permite a limitação de responsabilidade do fornecedor.

Por fim, questiona-se se a previsão da cláusula de limitação de responsabilidade tem cumprido o objetivo a que se propõe. Isto porque o seu efeito prático – diminuição dos custos da negociação – somente pode ser concedido à parte contratante se a outra parte tiver segurança de que não necessita se resguardar quanto a eventuais danos futuros. Conforme demonstrado no presente trabalho, o direito brasileiro não traz a segurança jurídica sobre a aplicabilidade da cláusula de limitação de responsabilidade.

A ausência de entendimento consolidado acerca dos critérios de validade da cláusula pela doutrina e de decisões esclarecendo o posicionamento da jurisprudência geram reflexos diretos ao mercado, que deverá inserir nos riscos do negócio a possibilidade de a cláusula que limita o seu dever de indenizar ser declarada inválida.

Feitas tais considerações, lança-se o seguinte questionamento: o panorama atual não estaria favorecendo os contratantes que inserem a previsão da cláusula com o objetivo de auferir um lucro superior com a negociação, enquanto que, as partes que possuem o interesse de aplicar a cláusula aos fins a que se destina não possuem segurança para estipula-la?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de. *A Proteção Jurídica do Consumidor*, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

AVELAR, Letícia Marquez de. *A Cláusula de Não Indenizar*. São Paulo: Juruá, 2012.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Cláusula Cruzada de Não Indenizar (Cross-Waiver Of Liability), ou Cláusula de não Indenizar com Eficácia para Ambos os Contratantes - Renúncia ao Direito de Indenização – Promessa de Fato de Terceiro - Estipulação Em Favor de Terceiro. *Doutrina Essenciais Obrigações e Contatos*, São Paulo, v. 4, p. 25-34, Jun. 2011.

BANDEIRA, Paula Greco. O Contrato como Instrumento de Gestão de Riscos e o Princípio do Equilíbrio Contratual. *Revista de Direito Privado*, Belo Horizonte, v. 65/2016, p.195-208, jan-mar. 2016.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BULGARELLI, Waldirio. *Questões contratuais no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 1993.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 11ª ed., revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, José de Aguiar. *Cláusula de não-indenizar*: chamada cláusula de irresponsabilidade. 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*: Vol. 3 – Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 24ª ed., ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*: Vol. 7 – Responsabilidade Civil. 22ª ed., ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

FACHIN, Luiz Edson, A Responsabilidade Civil Contratual e a Interpretação da Cláusula de Não Indenizar, *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 1, p. 301- 319, jan. 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil - 4 Contratos: Teoria Geral e Contratos em Espécie*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FERNANDES, Wanderley. *Cláusula de exoneração e de limitação de responsabilidade*. São Paulo: SARAIVA, 2013

GALIANO, Stolze Pablo e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil: Vol. IV - Obrigações*. 3ª ed., revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: Código Comentado e Jurisprudência*. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2012

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: Vol. 2 – Teoria Geral das Obrigações*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. *Direito do consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo*, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAGALHÃES DIAS, Lucia Ancona Lopez de. Um Estudo das Cláusulas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil de 2002. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 4, p. 383-418, abr. 2011.

MONTEIRO, António Pinto. *Cláusulas Limitativas e de Exclusão de Responsabilidade*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2011.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações Parte 2ª*. 32ª ed, atualizada e revisada por Carlos Alberto Dabus Maluf. São Paulo: Saraiva, 1985-1987.

NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações: Vol. 1 - Fundamentos do Direito das Obrigações Introdução à Responsabilidade Civil*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. MATOS, Yolanda Alves Pinto Serrano de. *Código de Defesa do Consumidor Interpretado: doutrina e jurisprudência*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Rizzatto. *Curso de direito do consumidor*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEREIRA, Caio Mario da Silva, *Instituições de Direito Civil: Vol.III - Contratos*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

PEREIRA, Caio Mario da Silva, *Instituições de Direito Civil: Vol.II - Teoria Geral de Obrigações*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

PRATA, Ana. *Cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade contratual*. Coimbra: Almedina, 2005.

RIBEIRO, Carla Pereira. ALMEIDA, Caroline Sampaio de, A Importância da Cláusula Compromissória nos Contratos Empresariais como Fortalecimento das Relações Negociais, *Doutrinas Essenciais Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 2, p. 319-340, set. 2014.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Vol. 2 - Parte Geral das Obrigações*. 30ª ed, atualizada de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Vol. 3 - Dos Contratos e Das Declarações Unilaterais de Vontade*. 28ª ed, atualizada conforme o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Vol. 4 – Responsabilidade Civil*. 19ª ed, atualizada de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. Cláusulas de Limitação e Exoneração de Responsabilidade e sua Aplicação no Direito Civil Brasileiro. *Revista de Direito Empresarial - Rdemp*, Belo Horizonte, v. 2, n. 9, p.189-210, maio/ago. 2012. Apud LAUTENSCHLEGER JR., Nilson. Limitação de responsabilidade na prática contratual brasileira: permite-se no Brasil a racionalização dos riscos do negócio empresarial. *Revista de Direito Mercantil*, São Paulo, v. 41, n. 125, p. 7-24, jan./mar. 2002.

SILVA NETO, Orlando da. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Forense, 2013.

SILVA, Jorge Alberto Quadros Carvalho. *Cláusulas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor*, 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

STOCO, Rui, *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6ª ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2004.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Direitos ao Consumidor: A busca de um equilíbrio entre as garantias do CDC e os princípios gerais do Direito Civil e do Direito Processual Civil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

TIMM, Luciano Benetti et al (Org.). *Direito e Economia no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Teoria geral das obrigações e Teoria geral dos contratos*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANETTI, Cristiano de Souza. *Direito contratual contemporâneo: a liberdade contratual e sua fragmentação*, 1 ed. Rio de Janeiro: Método. 2008.